

**LITORALIZAÇÃO:  
DA FANTASIA DE LIBERDADE  
À MODERNIDADE AUTOFÁGICA**

**ANTONIO MOACYR MADRUGA**

**Orientadora: Profa. Dra. ANA MARIA M. C. MARANGONI**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.**

**SÃO PAULO  
1992**

**LITORALIZAÇÃO:  
DA FANTASIA DE LIBERDADE  
À MODERNIDADE AUTOFÁGICA**

**ANTONIO MOACYR MADRUGA**

**Orientadora: Profa. Dra. ANA MARIA M. C. MARANGONI**

**Dissertação de Mestrado apresen-  
tada ao Departamento de Geografia  
da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade  
de São Paulo.**

**SÃO PAULO  
1992**

A Ana com amor, pela companhia na viagem  
permanente em busca de liberdade e  
felicidade.

## AGRADECIMENTOS

- A meus pais, Ruy e Celeste que dedicaram suas vidas para educar os filhos.
- A minha orientadora e amiga Ana Maria Marangoni que me deu todo o apoio e assumiu muitas "barras", além de toda sua paciência.
- Aos amigos, principalmente àqueles que lutam e acreditam em um mundo melhor.
- Aos velhos pescadores de Lucena : "Seu" Paulo, "Seu" Emidio e Pindoba, que me ensinaram a amar o mar.
- Aos Índios Potiguara, meus amigos, Cacique Severino Fernandes e Tiuré, que me fizeram ver com sua luta que o preço da liberdade é a eterna vigilância
- A Astro e Bronze que me fazem sentir liberdade
- Aos meus alunos que me ajudam a pensar.

**Litoralização:  
Da Fantasia de Liberdade à Modernidade Autofágica**

**SUMARIO**

**Apresentação**

**Capítulo 1 - Da Reflexão Teórica a Delimitação Territorial**

**Capítulo 2 - Litoral, Espaço de Lazer ou de Ilusão  
O controle da liberdade**

**Capítulo 3 - Litoral, do "brilho" da Produção a Modernidade Autofágica.**

**Conclusões**

**Notas e Referências Bibliográficas**

**Anexos:**

**Cartas**

**Fotos**

**Recortes de jornais e Revistas.**

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

<b>Cap. 1 Da reflexão Teórica a Delimitação Territorial</b>	<b>3</b>
1.1 Sociedade/Natureza	4
1.2 Litoral, do Conceito a Autofagia	18
1.3 Delimitação Territorial, uma questão de escala O litoral do Estado da Paraíba	36
<b>Cap. 2 Litoral, espaço de Lazer ou de Ilusão. O Contrôlo da Liberdade.</b>	<b>54</b>
2.1 Da Liberdade a Fantasia de Liberdade. O Lazer no Litoral.	55
2.2 A busca da liberdade, das sociedades primitivas as vilas de Veraneio.	64
2.3 O Contrôlo da Liberdade, o poder sobre o Território: a urbanização e a industrialização; o consumo.	68
<b>Cap. 3 Litoral, do "brilho" da Produção a Modernidade Autofágica</b>	<b>75</b>
3.1 Estuário do Paraíba, O "brilho" em risco	76
3.2 João Pessoa: Risco e Espetáculo	106
<b>Conclusões</b>	<b>137</b>

## APRESENTAÇÃO

Na História do ocidente a partir do século XVIII podemos perceber que a valorização dos espaços destinados ao lazer obedeceu a uma evolução seletiva fundada na estratificação social.

Por espaços de lazer entendemos, não só os clubes e associações fechadas mas sobretudo grandes áreas a céu aberto que permitem aos cidadãos o desfrute de um tempo de relaxamento em contraposição ao crescente número de horas de trabalho que os tempos modernos impuseram a sociedade tanto urbana como rural.

Para o relaxamento da mente e do corpo nada mais eficaz como a mudança de lugar associada a um tempo diferente do cotidiano. E dentre os lugares mais procurados para a satisfação dessa necessidade as praias são inquestionavelmente os mais populares, tanto pelo desfrute dos elementos harmônicos da natureza - sol, vento, água, oxigênio, em abundância - como pela impotência que estes lugares representam, para a continuidade de atividade estressantes.

Pensando assim, decidimos averiguar mais detalhadamente como vem se dando o consumo e a ocupação da Região Litorânea no Estado da Paraíba.

Para tal investida, elegemos o método dialético na análise da realidade no nosso trabalho de campo, pretendendo demonstrar logo de início que são dialéticas as relações Sociedade/Natureza.

A demonstração é feita quando colocamos as diferentes funções de ocupação do litoral como a indústria, a urbanização e o turismo.

Por não encontrarmos nem na Geografia nem em outras ciências que trabalham com o mar, um conceito que atendesse plenamente o significado dos processos de ocupação territorial e a dimensão das transformações ocorridas nos últimos anos no Litoral Brasileiro, em particular no do Nordeste, propomos a construção de um conceito que leva no seu conteúdo todo o movimento da sociedade no seu relacionamento com essa natureza.

Essa abordagem, parte do princípio que o consumo do litoral pela sociedade tanto é permeado pelos riscos através da falta de planejamento e da degradação ambiental, como pela fantasia da liberdade através das necessidade de lazer.

Como estudo de caso, escolhemos duas áreas que são bem representativas desse consumo moderno de uma sociedade que na busca de um brilho que lhes traga mais alegria e felicidade, acaba dando início a uma verdadeira corrida de Kamicazes que acabam por destruir os últimos espaços que podem lhes trazer a doce ilusão de alienígenas em seu próprio planeta.



Cap.1 DA REFLEXÃO TEÓRICA A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

"A dialética existe para  
questionar a própria  
existência do pesquisador".

G. Borhreimer.

## Capítulo 1

### Da Reflexão Teórica a Delimitação Territorial.

#### 1.1 SOCIEDADE/NATUREZA

Para entendermos a relação sociedade/natureza é necessário que compreendamos como a mesma se concretiza, qual a dinâmica que direciona este processo? Para isto torna-se fundamental dentro de nosso prisma de análise que antes de penetrarmos na discussão propriamente dita entendamos porquê sociedade e não homem/natureza.

Entendemos que o processo de relação do homem com a natureza é sempre uma relação da sociedade com a natureza, portanto um processo sujeito a regras e à dinâmica social. Sabemos também que a melhor forma de percebermos esta relação é através do trabalho, que tem os seus produtos registrados no espaço. Sabemos também que o trabalho e seus produtos representam a melhor forma de compreensão do porquê sociedade e não apenas o homem individualmente, isto porque, "... enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de

objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sobre controle de outrém. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem por em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho congrega o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado mediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho" (1)

É necessário, pois, que procuremos entender o que venha a ser o trabalho porque "antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza" (2), mas o homem é aí mais do nunca sociedade, pois ele é integrado no processo social, através do trabalho, que é voltado para a produção de bens e de riquezas, produtos da transformação dos recursos naturais. Mecanismo este determinado pelo modo de produção, que estabelece suas relações e sua dinâmica.

Para o modo de produção capitalista o homem representa apenas a força de trabalho, o mesmo que seu papel de trabalhador. "A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este ao trabalhar, torna-se

realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o Capitalista determina ao trabalhador produzir é portanto um valor-de-uso particular, um artigo especificado" (3) . Percebemos então que é aí que o processo de trabalho das mãos e do cérebro se separam e se tornam hostis, pois um determina o outro, mas não mais conjugados e sim dissociados pois o trabalho do cérebro é nesta relação social de uns poucos, sobre o trabalho das mãos de outros muitos.

E uns, ainda que determinam o que esta força-de-trabalho irá produzir (vá ou não o trabalhador utilizar o objeto produzido). Artigos com valores-de-uso específico, determinam portanto a forma da relação da sociedade com a natureza, que assim se dá em meio a uma contradição de liberdade entre a força de trabalho (o trabalhador-homem, trabalhador manual) e o trabalho do cérebro (o capitalista). Contradição esta representada por uma verdadeira dissociação, que aliena uns das decisões dos outros, aliena portanto na forma da relação com a natureza, tendo em vista que aliena o seu próprio trabalho, uma vez que não o determina.

É o processo de relação sociedade-natureza, alienado então para o homem (trabalhador) que o realiza, uma vez que ele é a força transformadora, mas não sabe no que se

constitui o objeto de trabalho, nem participa do seu destino. Está dissociado ele aí de sua própria totalidade interior entre mãos e cérebro. E por isso não é responsável pelo resultado do seu produto de trabalho.

Esta é uma das maiores contradições possíveis, contradição aqui entendida, como a representação do contrário. Isto torna-se importante na análise, por entendermos que "Las leyes universales del desarrollo, reflejadas en las categorías de la dialéctica materialista, pueden ser comprendidas, unicamente, sobre la base de la penetración recíproca de los contrarios.

"La dialéctica demuestra - dice Engels - que sostener que la base y la consecuencia, la causa e la acción, la identidad y la diferencia, el ser y la esencia, son contrarios inalterables, es algo que no puede resistir la crítica. El análisis demuestra la presencia de un polo, en forma latente dentro del otro, y que toda la lógica se desarrolla sólo por el movimiento de estos dos contrarios, el uno en dirección del otro."

Lenin acostumbraba a denominar esta "penetración recíproca" de contrarios, la identidad de contrarios. Descubrir la penetración recíproca, la identidad de contrarios, en cualquier proceso, es el problema central de nuestra teoría del conocimiento, de la dialéctica materialista"(4)

Esta penetração dos contrários faz com que o trabalhador,

ao trabalhar, além de representar uma grande contradição, também represente a forma mais concreta de identidade de coisas ou fatos opostos, é o melhor exemplo de identidade dos contrários. Pois, "el trabajador asalariado, es una identidad viviente de contrarios, pues es la fuerza básica productiva del capitalismo y de todos los artículos materiales, y al mismo tiempo, se halla divorciado de todos los medios de producción, no poseyendo nada excepto sus brazos; por ello, es explotado por otra clase. Semejante penetración recíproca de contrarios, llega a ser posible únicamente, bajo las condiciones del sistema capitalista de producción"(5).

Esta é a primeira grande contradição entre a sociedade e a Natureza, seja do ponto de vista do trabalhador representar o conjunto de forças sociais imbuída em sua função- trabalhar - e a natureza representar as matérias-primas a ser transformada pela ação deste homem-trabalhador, ou pelo homem trabalhador representar a natureza, enquanto ser vivo, biológico que tem sua força de trabalho (bem natural) socializada e transformada juntamente com outros bens naturais, em meios de produção, que produzem artigos, produtos, que estão alienados para este homem-trabalhador, que embora estando neles contidos aos mesmos não tem acesso. Ora, de uma forma ou outra nesta contradição inevitavelmente percebemos a interpenetração dos contrários, contida no produto.

Isto nos leva então a afirmar que entre Sociedade e Natureza se estabelecem relações que são dialéticas, pois apresentam movimento, totalidade, contradição. O movimento é facilmente perceptível na utilização da força de trabalho (força natural), na produção de bens sociais, que representam a totalidade, que contém a contradição, já herdada da própria aplicação da força de trabalho, da alienação deste produto para o trabalhador. Aí então caracteriza-se a contradição interna das relações sociais, que se tornam então preponderantes.

A contradição apresenta-se na separação mente/corpo como processo de dominação entre classes. Duas forças naturais e sociais em sua essência, mas utilizadas diversamente em seus produtos. A força-trabalho(manual), é utilizada como natural, uma vez que os seus possuidores, os trabalhadores, não detêm os meios de produção e não têm acesso aos produtos frutos de seu trabalho. Ao passo que a força mental, é representada neste processo (o do modo capitalista de produção) pelo capitalista, que detém todos os meios de produção inclusive a força de trabalho do trabalhador, comprada a preços muito baixos, não permitindo ao mesmo nem ter acesso ao produto final de seu trabalho, que também pertence ao detentor dos meios de produção. E na maioria das vezes, também não permite, nem possibilita a própria recomposição ou recuperação da força de trabalho gasta, através de uma alimentação condigna, assim como condições

satisfatórias de sobrevivência (habitação, saneamento, felicidade, etc.).

Para nós portanto está constatada e comprovada a dialética da relação sociedade natureza, através da presença de três elementos fundamentais:

1. historicidade (movimento perpétuo), representada pela permanente e necessária integração entre natureza e sociedade para a própria sobrevivência desta sociedade e de seus componentes, representada historicamente no território, através dos feitos ditos humanos (sociais);

2. totalidade, representada pela integração contida nos produtos desta relação, o produto da natureza transformado pelo trabalho humano, socializado a partir daí, ou já mesmo antes através do valor que lhe é atribuído, visto neste processo desde as suas potencialidades. É portanto a segunda-natureza, com que sempre nos defrontamos nos mais distintos estágios;

3. contradição, já vista em seu aspecto mais amplo, o da identidade dos contrários, contida na própria figura do trabalhador ao realizar o seu trabalho, desgastando-se em



sua força e sendo alienado do seu produto.

As escalas em que se percebe o processo dialético nesta relação sociedade-natureza, não se restringem ao exemplo analisado do trabalhador individualmente, enquanto ser humano, social e natural. Mas, ainda através do trabalho, pode-se verificar esta relação em escalas as mais diferenciadas possíveis, e nos mais distintos períodos da história da humanidade. Mais intensivamente, sob o modo de produção capitalista em seus diferentes períodos, do desenvolvimento inicial com o capital mercantilista, ao capital industrial e ao capital financeiro, com suas diversas formas de tratar o espaço e construir o território, seja na intensificação da industrialização, ou na mundialização da economia, ou ainda na tecnificação extraordinária do mundo contemporâneo que leva a novas formas e novos valores, facilitados enormemente pelos efeitos das comunicações e da informática, cada vez mais transformando em etapas sucessivas a primeira natureza em segunda(s), aproximando também o trabalho manual do mental.

Na história do desenvolvimento deste modo de produção na superfície terrestre, - que não é outra senão a do desenvolvimento das sociedades e da transformação de natureza em sociedade, isto é, a história do trabalho, e a história dos possuidores desta força de trabalho -, vários exemplos mais amplos desta dialética podem ser percebidos na construção do território, que é a transformação da

primeira em segunda natureza ou a socialização da natureza.

Acreditamos que todos estes exemplos que podem ser citados a partir da percepção da paisagem, como uma paisagem construída, tem entre si uma faceta comum que é a contradição da construção/destruição/reconstrução, contradição esta já contida no processo de trabalho necessário à realização das construções.

Na história do capitalismo, e conseqüentemente na valorização da tecnologia esta contradição reflete-se especialmente através da insensatez deste processo de construção/destruição, como uma necessidade básica da própria reciclagem do modo de produção que renova sempre os seus produtos, criando cada vez mais valores aos objetos, que os leva a ser constantemente consumidos. Esta idéia de consumo é que reforça o constante construir/destruir, com o sentido de substituir um objeto por outro mais novo, com mais tecnologia, e portanto, com mais valor acumulado. Este novo é representado pelo moderno, como razão própria do modo de produção capitalista. O moderno representa então, como um valor a ser buscado pelos indivíduos e pela sociedade, a própria contradição da relação sociedade/natureza, pois na busca permanente da modernidade encontra-se, além da necessidade de construção uma permanente destruição.

Diz-se que a natureza possui uma capacidade inexorável de destruição, pois tudo que fica parado, que não está em trabalho destrói-se, mas podemos afirmar que mesmo existindo

um movimento constante na natureza, que a capacidade de destruição das sociedades é maior, pois ela destrói o seu próprio trabalho acumulado, cria para destruir, em busca permanente do moderno. É portanto uma destruição permanente, que se concretiza em seu próprio trabalho de construção.

Sobre esta busca do moderno e sobre a contradição nela contida, é interessante a colocação de Berman em seu livro "Tudo que é Sólido Desmancha no Ar ", título retirado da frase de Marx no Manifesto Comunista, onde ele afirma que "todas as novas relações se tornam antiquadas antes de se ossificar" e ainda "tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são levados a enfrentar as verdadeiras condições de suas vidas suas relações com seus companheiros humanos".(6) Isto nos demonstra que todas as paisagens, crenças e idéias de ontem são constantemente destruídas e reconstruídas. O que é então moderno? São as Metrópoles, com suas contradições, o progresso científico e tecnológico, a energia nuclear que ao mesmo tempo fornece energia e pode destruir a humanidade em uma fulgurante explosão? São as drogas como caminhos/soluções/Viagens para amenizar as angustias produzidas pelo progresso ou pela alienação deste progresso? E Berman afirma que o moderno é infinitamente belo mas também o é infinitamente frágil e precário. E assim, nós também o confirmamos quando percebemos que os efeitos da urbanização, por exemplo, podem ser percebidos através do

desenvolvimento da tecnologia, da tecnificação, mas também o são através da poluição, do stress, do câncer, da aids, da erosão, da degradação da destruição.

Isto representa a contradição contida na modernidade, onde o moderno de acordo com Foot Hardman (7), não se restringe ao modo de produção, junto com ele tem um modo de percepção, que é "a burguesia tentando criar um mundo à sua imagem e semelhança, a era do espetáculo", e esta permanente criação de um mundo à semelhança da burguesia representa a destruição/reconstrução presente no modo de produção, onde o objetivo é consumir. Os objetivos do consumo e seus resultados são facilmente perceptíveis, quando percebemos além do espetáculo e constatamos que esta mesma era, é também ou principalmente era dos riscos. Os "riscos são as "respostas" contidas no processo de aplicação da tecnologia na transformação de natureza em sociedade.

No entanto antes de nos aprofundarmos nesta era dos riscos, é importante frisar que é este efeito da modernidade, o espetáculo e o risco, que nos propomos analisar para o litoral, em uma perspectiva que nos possibilite afirmar a Litoralização e a Autofagia. A autofagia representa o efeito do conjunto dos riscos da permanente busca do espetáculo, que é o próprio exercício da modernidade. No processo de litoralização, é a contradição de forma clara e evidente. Litoralização é a corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com as

ocupações provocadas pela urbanização, pela industrialização e pelo turismo.

No desenvolvimento do capitalismo com a tecnologia e suas técnicas cada vez mais avançadas, os riscos são maiores, pois os projetos são maiores." L'echelle grandiose de la technologie moderne est aussi celle des risques qui l'accompagnent. C'est toute une ville qui peut être menacée par les fuites d'une usine chimique, toute une côte par le naufrage d'un pétrolier, toute une région par la défaillance d'une centrale nucléaire. Et les plus graves accidents récents (Seveso, Amoco-Cadiz, Tree Mile-Island) ne sont qu'une timide ébauche des catastrophes possibles - mieux: plausibles" (8).

Estes riscos não apresentam-se apenas sob a forma de catástrofes atômicas, mas têm diversos outros exemplos, que podem ser acidentais ou permanentes. Estes riscos servem também para perceber a intrincada relação da sociedade com a natureza, pois "... on n'ignorera pas les interrelations existant entre les catastrophes technologiques et ces autres composantes du risque. On sait en effet, par exemple, que les catastrophes naturelles peuvent provoquer des catastrophes technologiques, comme dans les cas des séismes ou tsunamis qui portent atteinte à des réalisations humaines et déclenchent des effets en chaîne: incendies, ruptures de barrages, pollutions chimiques, etc. Et l'inverse est également reconnu: la mise en eau des grandes barrages peut

être suivie de séismes. Le revet de certains gaz pose des questions sur le climat etc. Mais l'examen de ces interrelations ne sera pas placé au centre de l'analyse car il importa aujourd'hui de porter les efforts sur le probleme du risque technologique majeur, en tant que tel. Por ce qui concerne, en particulier, les rapports entre risques naturels et risques technologiques, le choix a été fait de mettre l'accent ici, sur ce qui de bout en bout, releve de la responsabilité humaine. Afin qu'il n'y ait aucune échappatoire possible dans un quelconque appel à notion de fatalité" (9)

Agora antes de demonstrar-mos o processo de litoralização, devemos tentar explicitar o conceito de litoral para posteriormente podermos entender os efeitos da sua modernização com os espetáculos e os riscos.

O estudo deste processo de ocupação intensa do litoral, nos permite utilizar a metodologia de análise aqui proposta, e reafirmar que para tratar os processos de ocupação de um território, devemos considerar esta interrelação metodológica. Isto veremos já inicialmente, quando tentarmos conceituar litoral, onde perceberemos que os conceitos puramente "físicos" são insuficientes para explicar fenômenos que envolvam a sociedade.

A interrelação entre os fenômenos, provocando riscos naturais e riscos tecnológicos com origem comum é um exemplo para nós de que necessitamos nas questões

ambientais perceber a natureza como recurso natural, a ser utilizado pela sociedade e não como um "santuário", que deve permanecer intocado. É nesta perspectiva que enquadramos este estudo do litoral.

## 1.2 LITORAL DO CONCEITO A AUTOFAGIA

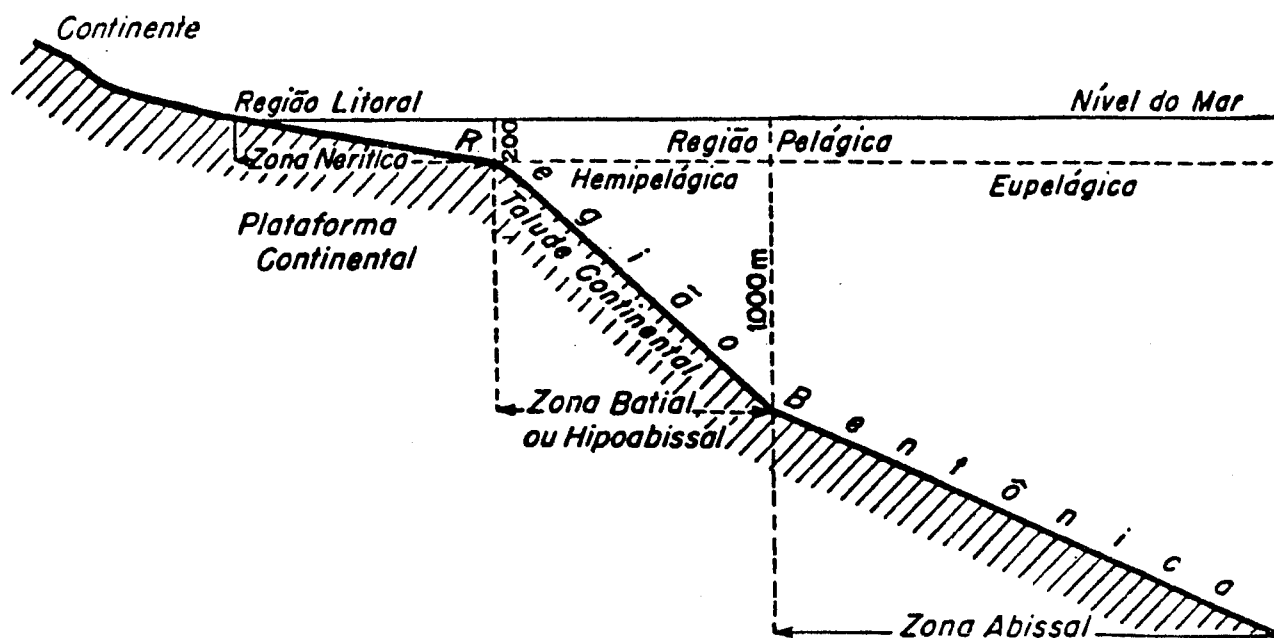
De acôrdo com o dicionário Aurélio, litoral significa o que é relativo a beira-mar, região banhada pelo mar ou situada a beira-mar, costa. Por sua vez, costa significa porção de mar próximo a terra. Ora se litoral é a mesma coisa que costa e costa significa porção de mar, este conceito torna-se muito restritivo em relação ao continente. Para nós como geógrafos este conceito revela-se insuficiente e impreciso, necessitando pois uma reflexão e tentativa de definição mais adequada. Para tal é necessário inicialmente que vejamos os conceitos existentes sobre estes termos.

Para a oceanografia, ciência da atualidade, que tem como objeto de estudo o mar, litoral significa o que é relativo a beira-mar, à margem, à costa. É a zona bêntica que está entre os níveis de alta ou baixa-mar, estende-se da margem até 200m de profundidade. Já costa significa para esta ciência, zona de contato entre o mar e o continente e conforme a configuração fala-se em praia (costa rasa) e costão ou falésia (costa abrupta) significando também litoral, beira-mar, porção do mar próximo da costa.

A Geologia, ciência que estuda o passado da terra para explicar o presente, apresenta uma serie de conceitos que fazem com que sua definição assemelhe-se a da oceanografia.



Vejamos: Litoral no sentido de zona significa, designação biogeográfica conferida a parte dos mares próxima ao litoral, já zona biogeográfica tem o significado de área ou parte de uma região caracterizada por vida animal ou vegetal, uniforme ou semelhante. E região litoral corresponde a zona nerítica, que é a mesma coisa que região marinha, compreendida entre a linha do litoral e a isóbata de cerca de 200m. Para melhor entendermos estas conceituações e a proximidade entre os conceitos destas duas ciências, vejamos o quadro abaixo:



Destas duas conceituações deduzimos que, se as mesmas não são precisas quanto aos limites e mesmo quanto as definições propriamente ditas, são muito semelhantes entre si, principalmente quanto as indefinições e a abrangência conceitual e de limites do território, em especial aquele que se estende em direção ao continente. Se estes conceitos consideramos insuficientes, procuremos outros que atendam melhor as nossas expectativas. Será que na geografia encontraremos respostas suficientes? será possível uma resposta mais precisa que as anteriores? Para esta ciencia podemos afirmar logo de inicio que não parece possível ter uma única definição que atenda a todas suas divisões internas, mas são estas divisões internas da geografia que por outro lado nos possibilitam reflexões que buscam conceitos mais abrangentes.

Para compreendermos por que na geografia, que tem dificuldades de apresentar uma definição que atenda a geografia humana e a geografia física, encontramos caminhos a ampliações dos conceitos. Torna-se portanto para isto necessário rever historicamente um pouco de como se deu o contacto do homem - enquanto sociedade - e a natureza, representada pelo mar, litoral, costa.

é fundamental pois que partamos da idéia bíblica de que o mar representa algo tenebroso, um "grande abismo", lugar de mistérios insondáveis, incompreensível onde flutuava o espirito de Deus. Esta repulsa em relação ao mar e as suas

Margens perdurou fortemente até a primeira metade do século XVIII. "Essa extensão palpitante, que simboliza, ou melhor, que constitui o incognoscível é em si mesma terrível".(10) Esta afirmação de Corbin nos coloca uma questão fundamental para o entendimento do sentido deste distanciamento em relação ao mar. É o conhecimento que vai inverter inicialmente o sentimento em relação ao litoral e o mar. O desconhecido, acrescido da imensidão é que propiciavam o medo. Além destes fatores destaca-se desta época as insuficiências e dificuldades da navegação, que provocavam enjões, e catástrofes aos que se aventuravam a enfrentar este desconhecido. Mas é graças a estes destemidos, que o desconhecido foi enfrentado a partir das navegações.

Com o conhecimento vem a atração e o deleite. Atração por suas belezas como também pela percepção de sua extensão. Como podemos verificar em Tristan no séc XVII, "... nenhum prazer me pode tocar, exceto o de me deitar sobre a relva de uma falésia, e abandonando ali meu pesar deixar-me sonhar à vontade sobre a majestade do mar"(11) Este entregar-se a imensidão do espaço representa as novas formas de percepção que se instalarão durante a modernidade.

Esta modernidade, representa o início da busca de liberdade, fantasia, lazer e prazer que vão modificar radicalmente a forma de ver o litoral. Assim como também a modernidade significa uma nova forma de ocupação que ao

longo do tempo, com a litoralização, provocarão paulatinamente a autofagia.

O medo que predominou por séculos, distanciou o homem da ocupação do território, hoje conhecido pela geografia, como, zona litorânea, faixa de separação entre o, território ocupado e os perigos do mar. No século dezoito inicia-se o processo de atração e conseqüentemente de ocupação e posse das terras. Mas a idéia de liberdade já encontrava-se instalada. Acreditamos que esta perspectiva se afirma, inicialmente pela imensidão e magestosidade, mas posteriormente por representar uma ruptura na estruturação do território. Esta ruptura se dá fundamentalmente em relação a posse e a propriedade, isto por esta propriedade representar sempre como vimos, uma contraposição a liberdade, que passa a ser buscada na aparência de que o mar não tem dono por não apresentar visivelmente as divisões territoriais, de posse e poder. (12) Esta ruptura de propriedade se concretiza da terra para o mar reforçando a fantasia de Liberdade.

Portanto como vimos é na história da ocupação que encontramos não só as bases para a conceituação de litoral e de zona litorânea, mas também as fundamentações da relação entre liberdade e litoral. Mas antes de nos aprofundarmos na análise desta relação de liberdade, é necessário que continuemos na reflexão conceitual, fundamentada pelo processo histórico de ocupação.

Percebendo que o distanciamento do mar na ocupação do território facilitou as conceituações puramente físicas, que não incluíam quase nada de continente ao litoral ou a zona litorânea, deixando o litoral quase sem terra e só com mar, o início da ocupação com as atividades econômicas que hoje, denominam-se de tradicionais começa a alterar este conceito, inicialmente ainda fundamentado em bases naturais, mas posteriormente também em fatores econômicos e sociais.

As primeiras alterações são aquelas que vão considerar as intensidades das relações do homem com os recursos e com a vida litorânea como fatores, que justapostos a uma real e direta influência do mar em alguns fatores, possibilitam o alargamento da zona litorânea em direção ao continente.

São as conceituações que levam em conta as zonas de contato provenientes da verdadeira simbiose de águas do mar com águas continentais, morfologicamente formando baías, estuários, deltas e rias.

Estes conceitos ampliam a abrangência do litoral, até onde vai a influência direta e indireta das águas do mar e de suas misturas com águas doces propiciando costumes típicos dos habitantes das zonas litorâneas. Portanto já nestas proposições conceituais pode-se perceber a necessidade de um conceito flexível em relação a dimensão espacial em direção ao continente. Tem-se uma ampliação da faixa da zona costeira em direção ao continente, assim como já o era nas definições anteriores, sendo que agora como

elementos que influenciam na definição incluem-se os econômicos sociais da vida diretamente relacionada com estes ecossistemas. A definição daí resultante já apresenta portanto, uma flexibilidade em relação ao tipo de costa, quanto ao seu aspecto morfológico e se a mesma é de transgressão ou de regressão.

"Em países insulares, os limites podem ser restringidos à faixa de praias e costões ao passo que onde predominam planícies de marés, deltas ou bacias hidrográficas, os limites serão mais afastados para o interior. Quanto aos limites externos, ao se introduzir a administração pesqueira, esses poderão ser mais amplos, englobando em geral a plataforma continental.

A zona costeira é uma faixa de interação entre o mar e a terra e por isso deve incorporar uma faixa continental e as terras submersas da plataforma continental e águas que as encobrem". (13)

Este conceito que é baseado nas primeiras formas de ocupação proveniente da mudança de visão do litoral no século dezoito, amplia a perspectiva espacial e aproxima-se do conceito que pensamos deva ser, o conceito dado para litoral hoje. Para o conceito de hoje devemos retornar a análise no tempo e perceber como se deu o processo de ocupação, do início da busca de liberdade e da ampliação de domínios até os dias atuais. É portanto tentar entender, ainda

que de forma inicial o que seja litoralização e como a mesma amplia mais ainda o conceito de litoral e de zona litorânea. Para tal partiremos do entendimento da relação entre litoral e a modernidade desestruturadora ou autofágica.

Antes no entanto gostaríamos de ressaltar que para nós, o estudo do litoral, tem uma perspectiva de liberdade, assim como também tem esta mesma perspectiva quem busca o litoral seja para nele morar ou para nele desenvolver atividades econômicas, para repousar ou para divertir. Mas esta liberdade é apenas aparente pois a ocorrência de tempos diferentes no mesmo espaço e ao mesmo tempo, faz com que esta perspectiva de liberdade seja rompida. É este momento em que esta perspectiva se rompe que gostaríamos de analisar por ser ele o responsável pela desestruturação das formas espaciais pré-existentes. É o turbilhão da vida moderna que pretendemos perceber no território.

São as fontes de transformação deste turbilhão que precisamos entender para prevermos sua ação no futuro. Tendo em vista que os efeitos deste turbilhão nos traz para o presente as ações do futuro, ou seja ao realizarmos nossas análises, percebemos que o presente é futuro. É futuro porque ao se romper as formas de relações passadas, ou melhor as relações mais tradicionais, as fontes de modernidade incorporam estas formas ao mesmo tempo que se faz incorporar.

Isto faz com que tenhamos no litoral modos de ocupação

em permanente confronto, representando uma contradição do processo de modernização. Estes confrontos refletem-se nas diversas formas de ocupação do território através das manifestações dos impactos, de riscos e de espetáculos.

Os dois modos de ocupação do litoral em confronto :

1. A ocupação "natural" ou "tradicional"
2. A ocupação "artificial" ou "moderna"

A ocupação "natural" é aquela constituída pela população permanente (nativa), de raízes estabelecidas há muito tempo, com várias gerações que se sucederam na área, de origem geralmente camponesa, e é formada principalmente por lavradores, pescadores, pequenos comerciantes ou empresas familiares de manufaturas artesanais, ou semi-artesanais, bem como pessoal do setor terciário (funcionários públicos, civis ou militares subordinados aos governos municipais, estaduais ou federais, funcionários dos serviços de saúde, polícia, fiscalização e arrecadação de impostos, correios entre outros.), as vezes recrutados entre os membros da própria população permanente.

A ocupação "moderna", que tem atualmente tendência a aumentar, é constituída por empresários ou funcionários de firmas comerciais ou industriais com sede no interior do país, bem como funcionários públicos do governo estadual ou federal, tanto do setor administrativo, como técnico (nível médio e superior), para a direção dos serviços de saneamento, energia elétrica, e órgãos de pesquisas diversos



(agricultura, geologia, geografia, informações censitárias, etc). Deve-se também mencionar uma população flutuante de veranistas (que alugam ou adquirem casas de moradia intermitente e turistas que utilizam hotéis, pensões e clubes náuticos).

Pergunta-se, de que forma é ocupado o espaço litorâneo? O aumento populacional obriga-nos a uma organização do espaço mundial cada vez mais ampla e minuciosa. Essa premente necessidade se faz sentir também, de forma crescente e imperiosa, nas áreas litorâneas de todos os países do mundo, onde essa organização do espaço é objeto de projetos cada vez mais detalhados, que elaboram esquemas que implicam na localização das diferentes atividades, mecanismo esse que irá fatalmente condicionar e determinar parcialmente o destino dessas regiões.

O litoral é, cada vez mais, solicitado sobre uma estreita faixa: no mar fronteiro essas múltiplas solicitações também implicam necessariamente no estabelecimento de uma organização, a fim de que se efetuem escolhas que distribuam ou repartam as atividades pela área, conquanto a convivência de algumas delas apresentem incompatibilidades manifestas.

O litoral é ainda objeto de pressões sobre um espaço limitado. Em primeiro lugar existe a pressão de TIPO INDUSTRIAL, proveniente da renovação da economia marítima, ligada à utilização da água, fonte de energia ou fonte de

arrefecimento para certos tipos de indústrias: a) indústria pesada; b) centrais térmicas e c) centrais nucleares.

A água tem também outra função - a de via de comunicação- em consequência da intensificação dos transportes marítimos, da importação de matérias primas provenientes de outros países, etc.

Assim sendo é necessário instalar equipamentos industriais pesados nas zonas portuárias, a fim de evitar transportes rodoviários ou ferroviários, que elevam os fretes em decorrência do transbordo e do rompimento do sistema de carga. Constata-se portanto uma concentração de atividade industriais em zonas restritas ( a nível de espaço), acarretando uma ocupação intensiva das mesmas.

é o exemplo do desenvolvimento de muitos complexos industriais costeiros. Em alguns casos a ocupação industrial do litoral se faz na própria margem costeira ou avançando mar a dentro. Se essa ocupação pela indústria se efetua de maneira intensiva, as repercussões dessas instalações também podem ser do tipo intensivo - estamos pensando sobretudo nos efeitos da poluição, e nos distúrbios causados pelas indústrias sobre os ecossistemas costeiros.

Em segundo lugar identificamos neste processo outra pressão proveniente da modernidade - a pressão TURÍSTICA. É um fenômeno bem conhecido cujas causas podemos portanto lembrar.

AS populações habitam cada vez mais as cidades. A vida nas cidades, em decorrência da concentração, da poluição, provoca o anseio de espaço, da natureza, do mar, e assim é que por ocasião das férias, ocorrem afluências cada vez maiores para lugares que ainda se conservam "naturais". De todos os espaços "naturais", o mar e o litoral são os que maior atração exercem sobre as populações urbanas.

O afluxo de turistas para o mar acarretou uma ocupação desordenada dos sítios litorâneos, onde todo aquele que fazia um pedido de ocupação era atendido e se instalava onde bem entendia, de preferencia o mais perto possível da costa.

Assistiu-se então a uma ocupação extensiva do espaço, de tipo anárquico, necessitando a implantação de infraestruturas rodoviárias, comerciais, de recreio, de equipamentos custosos, frequentemente avançando sobre o mar, como no caso da instalação de "marinas", de portos de recreio, de praias artificiais. O desenvolvimento de esportes náuticos, a vela, o ski aquático, a pesca submarina, necessitam da instalação de infraestrutura adequadas. Quem poderia pensar, há uns 30 anos atrás, que o esporte náutico se desenvolveria da forma que se observa hoje, que as marinas poderiam vir a existir?

Em terceiro lugar temos outro fenômeno da modernidade - a URBANIZAÇÃO - este ligado fortemente em suas causas aos dois outros anteriores. Isto porque os mesmos motivos que provocaram o início da pressão turística, provocaram a busca

do litoral para moradia. O desejo de natureza de espaço (imensidão) de lazer e de liberdade levou os homens em direção ao litoral como turistas e provocando-os a desejarem instalarem-se nas cidades próximas ao litoral transformando-as pelo seus hábitos e economia cada vez mais litoral, é o início do processo de litoralização efetiva. Este fato associado a crescente industrialização e o desenvolvimento paralelo de serviços, criaram oportunidades de emprego, ocasionando uma intensificação da urbanização ao longo da costa.

Entre o turismo, a industrialização e a urbanização litorâneas existe um ponto comum: A DESORGANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE DAí RESULTANTES.

O mar passou a ser considerado como um reservatório insondável, no qual seria possível nele despejar-se quaisquer detritos. Atualmente essa atitude está se dissipando, a nível técnico, mas ainda perdura amplamente na mente da administração pública e privada, e do povo em geral.

Assim sendo a evolução de novas atividades, a conservação e o desenvolvimento de atividades tradicionais tais como a pesca, a ostricultura, a pequena lavoura ou criação litorâneas, etc., necessitam de um arranjo e de reservas de espaço, adaptados às necessidades respectivas, levando em conta a compatibilidade de todas essas atividades entre si. Conflitos existem inclusive entre portos de pesca

e portos de recreio, indústria e turismo, "marinas e pântanos aquícolas, praias artificiais e conchilicultura.

Existem, sem dúvida, mesmo no nosso meio, esquemas de organização do espaço costeiro já implantados ou em curso de implantação. Destacamos no entanto a importância de que as populações permanentes ("tradicionais") desses lugares sejam consultadas antes que estes esquemas sejam postos em prática, pois estes mesmos planos concernem diretamente, e em primeiro lugar, a essas populações, pelas possíveis consequências das implantações planejadas sobre as mesmas. Deve-se ter sempre em vista que uma concepção teórica, elaborada em laboratório ou gabinete, não pode ser eficaz, se não for confrontada com a realidade sócio-econômica, e também geográfica.

Tomando como exemplo a passagem progressiva da pesca para a maricultura lagunar. Esta obrigará a fazer toda uma reorganização do espaço costeiro, e uma certa reconversão dos pescadores que deixarão de ser, "caçadores" para se transformar em "lavradores do mar".

Para estes profissionais manter a vida permanente no litoral onde eles sempre viveram, parecerá mais importante do que economizar trabalho em oposição à lógica do empresário forasteiro, uma vez que, para eles profissionais, não é somente um estilo de empreendimento (empreendimento capitalista, que pouca ou nenhuma importância dá a conservação do meio ambiente), e sim um estilo de vida que

está em jogo, um estilo que sempre procurou respeitar as leis de reprodução da natureza.

É este estilo de vida, que representa formas de relações espaciais (relações sociais no espaço) passadas, que estão em jogo, isto por estas formas não chegarem a tornar-se presente, por conta do futuro chegar e se instalar rapidamente, destruindo tudo, não deixando nenhum espaço para outras formas. No litoral ainda encontramos e podemos estudar estas "formas passadas", mas seus ritmos não são mais os mesmos, a sua dinâmica já não é mais a mesma. Muitas das vezes nos locais visitados e analisados encontramos uma simbiose de ritmos distintos que se chocam e se integram de uma forma muito rápida.

Ao longo de toda a costa brasileira em seus mais de 8000km, encontramos uma sucessão de lugares propícios a estas ocorrências. É só relacionar as áreas estuarinas e lagunares com áreas metropolitanas, que poderemos montar um quadro dos níveis de degradação. Assim como também, de percepções diferentes de tempos diferentes convivendo junto. É possível formar uma idéia, dos diferentes níveis de integração destas relações espaciais. Temos por exemplo complexos cloroquímicos, como em São Luis (MA), "convivendo" com extensas áreas de mangue, de uma importante produção biológica. Fato repetido em maior ou menor grau para todo o litoral, a exemplo de Maçeió, com as lagoas de Mundaú e Manguaba e a Salgema, ou da baixada Santista, com o complexo

portuário de Santos e o parque industrial de Cubatão. Estas situações repetem-se com frequência ao longo de todo o litoral brasileiro, por estas e por outras causas.

Os problemas decorrentes destas relações nestes ecossistemas, tornam-se mais sérios ainda por não atingirem apenas os mesmos. Pois estas lagunas, lagoas e estuários não são sistemas fechados, são abertos e interligam-se em um processo dinâmico com os ecossistemas marítimos. Estas áreas são de extrema importância, por exemplo para a reprodução pesqueira e conseqüentemente para sua produção, uma vez que é nestas áreas onde se dá o início da cadeia alimentar do mar.

Tudo isto tem se agravado recentemente em todo o litoral brasileiro, pois nos últimos anos, além do grande crescimento urbano próximo a estas áreas, aumentou em muito na década de 70 e 80 a implantação de pólos industriais, químicos e cloroquímicos e corredores de exportação, além de centros de abastecimentos de combustíveis inflamáveis e explosivos.

Este processo triplíce de ações da Modernidade sobre o litoral provoca a litoralização que amplia a zona de ocupação paralela a linha de costa, possibilitando um aumento de intensidade nas relações econômicas e socio-culturais, das sociedades humanas com o litoral e o mar.

Esta intensidade de relações é que nos leva a incluir

todo este processo territorial, na análise conceitual de litoral. Permitindo assim que cheguemos a conclusão que o litoral é representado pelo território compreendido na zona litorânea, apresentando maior intensidade de relações, entre os meios aquáticos e terrestres, assim como a intensidade da ação humana na utilização dos recursos naturais, é a maior possível. É portanto um conceito flexível em dimensão territorial, tanto em direção ao mar como no sentido do continente.

Tanto é flexível o conceito de litoral, como o de zona litorânea e zona de litoralização. Zona litorânea é mais ampla do que o litoral e abrange as áreas onde ocorrem influências diretas da interação do mar com o continente. Lembrando bem, que a concepção de diretas, não significa apenas, as áreas em contacto com o mar, mas sim aquelas que apresentam processos decorrentes das interações destes dois ambientes, e considerando-se aqui o duplo sentido no processo de interação, do continente para o mar e do mar para o continente, além de considerar a integração entre os fenômenos naturais e destes com o processo social.

É neste sentido e na perspectiva de melhor entender o que é litoralização, para poder caracterizar zona de litoralização, que introduzimos para a reflexão um conceito usado há tempo pela Geografia Clássica, o de hinterlândia.

"Território situado por trás de uma costa marítima ou de



um rio;...Região servida por um determinado Pôrto."(14).Esta idéia de proximidade com a costa, mas por trás e de relações portuárias, portanto de relações econômicas, ou de fluxos de recursos, possibilita um conceito bastante flexível e adequado a nossa análise, principalmente para delimitar zona de litoralização. Se considerarmos não só os portos,mas toda a economia litorânea que se instalou com a modernidade, através da urbanização, da industrialização e do turismo, compreenderemos que a litoralização apresenta duplo sentido, em seu processo. Inicialmente do interior para o litoral com a ocupação do espaço, posteriormente no sentido inverso através da atração e dos fluxos,do litoral para as zonas interioranas.

Zona de litoralização portanto tem de ser analisada, em relação ao fenômeno estudado. Se urbanização, industrialização ou turismo. Estes três fenômenos da Modernidade apresentam distinções quanto a suas áreas de ocupação territorial,como também quanto as zonas de influências dos mesmos. Portanto na flexibilidade do conceito, percebemos uma ordem decrescente dos três fenômenos em relação a proximidade do litoral e area de influência.

### 1.3 Delimitação Territorial, uma questão de escala.

#### O Litoral do Estado da Paraíba.

Delimitar o território onde darse-á a análise empírica, revelou-se um problema a ser solucionado com uma certa dificuldade. Isto por, ao se tentar realizar o corte no território que abrangeria a área estudada, cada vez mais sentirmos a vontade e necessidade em ampliar seus limites. Fato que nos parece alentador, de um lado pela perspectiva que o trabalho adquiriria, de outro pela fundamentação que teria mais consistência.

Mas, à despeito desta abrangência, concluimos que ampliar até onde levamos as atividades de pesquisa, em todo o Litoral Brasileiro, não estaria de acôrdo com as necessidades desta fase do trabalho acadêmico, assim como apresentaria uma série de problemas relativos a escala. Pois, com certeza trataríamos de algumas áreas ou alguns problemas, com maior ênfase do que outros, sem termos tido ainda a oportunidade de discutir a idéia principal que é a da Litoralização.

Optamos então, a partir da pesquisa, em reduzir o espaço de análise. O problema então seria o de determinar quais os critérios adotados para a redução e conseqüentemente para escolha da área em que se observaria o fenômeno, analisado nesta fase.

Utilizamos então o critério de equivalência dos processos e de dimensão das transformações ocorridas ao longo da ocupação do litoral, assim como também o período de início da Litoralização, em suas facetas da industrialização, da urbanização e do Turismo. Ao juntarmos todos esses critérios e facetas optamos pelo Nordeste, o que nos daria mais ou menos problemas equivalentes mas já com índices bastante diferenciados.

Mas ao introduzirmos o fator Turismo, em toda sua amplitude, percebemos que em realidade é este o fator concretizador do processo de litoralização. E aí diferenciam-se os estágios atuais deste processo pelos distintos estados do nordeste. Este foi portanto para esta fase o fator decisivo da opção do corte espacial a ser feito para a definição da área de estudo,

é aí que por analisarmos os distintos impactos e períodos de "demarrage" deste processo nos diferentes litorais dos estados nordestinos optamos pelo litoral do estado da Paraíba. O que além de representar uma maior proximidade com o objeto estudado, a nível do comprometimento político, representa também uma constatação adquirida durante a pesquisa, de que este litoral representa a "última fronteira a ser descoberta" na afirmação da litoralização nesta última década do século.

Esta certeza adquirimos tanto pelo estágio em que se encontra o processo de litoralização, como pelo

interesse/reconhecimento da comunidade científica brasileira sobre esta porção do litoral Brasileiro. Em jornal de circulação nacional, -Folha de São Paulo,- no seu caderno especializado em Turismo, verificamos destacada matéria sobre " a rota do sol" onde demonstra-se as belezas das praias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, pulando-se portanto o litoral Paraibano. Fato que também encontramos em matéria sobre as áreas úmidas no Brasil, onde não consta nenhum dos estuários destes 135 km de costa, estuários estes, com uma vida biológica e humana bastante significativa e voltadas para estes tipos de ambiente.

Por estes fatos e pela inexistência de estudos globalizantes deste espaço, é que decidimos pela escolha do litoral Paraibano como objeto de estudo para a reflexão sobre a litoralização. Não no entanto, sem afirmarmos que este processo de litoralização pode ser apreendido para qualquer porção, ou ainda a totalidade do litoral brasileiro. No entanto, em qualquer caso, com pequenas diferenças principalmente quanto aos períodos, perceberemos esta evolução sequencial da industrialização, urbanização e turismo como componentes imprescindíveis da Litoralização.

Para isto é que procuraremos agora caracterizar este litoral, demonstrando com o processo de ocupação do Território, em que fase encontra-se a fantasia e a autofagia, produtos da modernização conservadora.

Respeitando os cortes das fronteiras estaduais, no rio

Guajú com o Rio Grande do Norte e no rio Goiana com Pernambuco, dispomos de 135 km de litoral que serão tratados como uma totalidade, que nos leva a necessidade premente de entendê-la em suas particularidades(15)

Percebemos claramente duas áreas distintas, no processo de ocupação e nas características espaciais, uma que denominamos de Litoral Sul, do Cabo Branco a Pernambuco e outra de Litoral Norte do Cabo Branco ao Rio Grande do Norte. No entanto é pelo próprio processo de ocupação, principalmente pela urbanização, que destaca-se uma área central correspondente a Grande João Pessoa e ao Estuário do rio Paraíba. Fica portanto entendido Litoral Norte de Cabedelo ao Guajú e Litoral Sul do Gramame ao Goiana. O detalhamento desta área Central será visto com maior aprofundamento nos itens específicos sobre esta área.

As diferenças e semelhanças entre este dois Litorais o Setentrional e o Meridional, sucedem-se da natureza para a ocupação, da colônia à litoralização, vejamos portanto estas características.

### 1.3.1 Litoral Norte e Litoral Sul das Diferenças Naturais a Semelhante Litoralização.

O litoral Norte do estado da Paraíba, apresenta um estuário tão magestoso quanto o do Paraíba, o do Mamanguape,

além de uma reserva indígena, a dos Potiguaras, e um Porto, o de Cabedelo, o único do estado. Fatos estes que por si só, já representam a indicação da necessidade de uma atenção especial em sua análise. Mas não são só estes os fatos particularizadores do litoral norte do estado, historicamente existem outros fatos que talvez ajudem-nos a compreender o porque desta porção do litoral paraibano ser ainda hoje composta de grandes áreas não loteadas, ao passo que no litoral sul a faixa mais próxima à linha de costa encontra-se praticamente toda loteada.

As diferenças no processo de ocupação não restringem-se apenas aos aspectos relativos aos loteamentos, apresentam-se antes de mais nada na presença e manutenção de grandes capitais, mantenedores de longas extensões de terras. Estas sim, as grandes extensões, as responsáveis diretas por sua ocupação diferenciada.

Estas grandes extensões ocorrem inicialmente no quadro natural, que em grande parte revela-se influenciador direto do modo de ocupação.

O litoral norte apresenta três rios principais, o Miriri, o Mamanguape e o Camaratuba, necessitando destacar, também a Bacia do rio da Guia, último afluente do estuário do Paraíba, que no entanto não apresenta uma característica comum aos demais, ou seja suas bacias ultrapassando a zona dos baixos planaltos costeiros. São portanto rios de cursos mais longos, alguns com mais de 100 km de nascente a foz.

Já o litoral Sul apresenta uma rede de drenagem totalmente diversa, também tem tres rios principais (sem contar a bacia sul, de João Pessoa até o rio Cuiá que será analisado no item relativo a João Pessoa) são eles os rios: Gramame (o de maior curso, e conseqüentemente maior bacia); o Graú e o Abiaí. A grande diferença é que estes rios são de extensões pequenas, de nascente a foz, o que na maioria das vezes não ultrapassa o baixo planalto em direção oeste. São rios com uma complexa e rica rede de drenagem, com muitos afluentes em curtos espaços, tendo muitas das vezes suas bacias integralmente em zonas litoraneas, representando com isto rios com características próprias destas zonas.

Estas diferenças na rede de drenagem são muito importantes, pois seu ajustamento no relêvo, associado ao fato de o terciário em boa parte do litoral Sul ocorrer sobre o cretácio (calcário), além de existir fases distintas no processo de formação, faz com que o litoral norte apresente grandes áreas contínuas de tabuleiros, formando extensos compartimentos, com superfícies contínuas e aplainadas entre os vales da Guia (Soé, Jacuípe e Japungú) e o do Miriri, e entre este e o rio Mamanguape, e ainda em toda a bacia do rio Vermelho, entre o Mamanguape e o Camaratuba, ao passo que no litoral Sul estas extensões são mais escassas existindo uma grande quantidade de interflúvios, apresentando um relêvo mais fracionado, mais

fragmentado.

Estas diferenças, nos períodos de formação, nas influencias geológicas e geomorfológicas e na rede de drenagem apresentam-se também na linha de Costa. O litoral Norte e Sul, apesar de predominantemente apresentarem as falésias do grupo barreiras na costa, a forma como as mesmas se apresentam são um pouco distintas. O recorte destas falésias em relação ao mar são mais ou menos semelhantes em suas porções mais setentrionais e meridionais, mas entre Baía da Traição e Abiaí, as diferenças encontradas são muitas. Nesta porção do litoral Norte, à despeito das falésias do Miriri, que associam-se, de Oiteiro até Barra de Mamanguape a uma superposição de dunas, predominam a ocorrência de terrenos quaternários, representados por terraços e restingas que proporcionam um "distanciamento" do terciário do contacto direto com o mar.

No litoral sul estas terras quaternárias propicias ao cultivo de coco, vão ocorrer mais significativamente apenas já próximo aos limites com o estado de Pernambuco, entre Pitimbú e Acaú. Do Cabo Branco até Pitimbú a paisagem predominante é de praias estreitas com falésias vivas em sua maioria, muitas das vezes, longas e retilíneas, apresentando no entanto entre Jacumã e Graú, uma sucessão de pequenas enseadas, com praias estreitas, recifes muito próximos a costa, falésias vivas, riachos e formas erosivas, como, grandes voçorocas. Estas características dão uma feição bem



particularizada a este trecho do litoral sul, no município do Conde.

Estas, grandes extensões de tabuleiros no litoral Norte, fragmentação no litoral Sul, presença de grandes áreas sedimentares quaternárias no litoral norte e não no sul, propiciaram ocupações distintas nestes dois espaços. Distintas desde o processo de ocupação durante a colonização, até o início do processo de litoralização.

A presença dos dois maiores rios da costa paraibana, no litoral Norte, navegáveis na época da colonização em boa parte dos seus baixos cursos, fez com que esta porção do estado fosse mais utilizada como fonte de penetração do que o litoral sul. A presença de cidades como João Pessoa e Mamanguape o comprovam. Assim como a presença dos estuários e das terras baixas dos terrenos quaternários costeiros, possibilitaram a presença de uma ocupação mais próxima ao mar, com a presença de cidades costeiras, como Cabedelo, Lucena e Baía da Traição e Vilas como Costinha, Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena, Campina, Lagoa de Praia, Barra de Mamanguape, Coqueirinho e Barra de Camaratuba.

Não podemos deixar de destacar aqui as vilas interiores dos estuários, seja o do Paraíba ou o do Mamanguape, que por sua dinâmica voltada inteiramente para hábitos pesqueiros qualificam todo este litoral Norte como um litoral historicamente mais "litoralizado" que a porção Sul do

Estado, e litoralizado aqui não apenas no sentido de ocupação, mas principalmente no desenvolvimento de uma economia costeira, ou da interação terra/mar.

O litoral Sul, apresenta tres cidades: Conde, Alhandra e Pitimbú, só esta última a beira mar, e duas vilas Jacumã e Acaú, ambas beira-mar, uma no municipio do Conde e outra no de Pitimbú.

A linha de Costa do litoral Norte é portanto mais habitada, à despeito da existência de grandes latifundios, pertencentes aos Monteiro/Falcão em Lucena, aos Lundgreen em Rio Tinto e da Reserva indígena dos Potiguara em Rio Tinto e Baía da Traição.

A existência de todas estas vilas e cidades no litoral Norte, fazem com que a faixa de praia seja, muito mais do que no litoral Sul, utilizada como via de circulação, fato que se observa ainda hoje, mesmo após as melhorias na malha viária das zonas de tabuleiro. Para isto em muito contribui o papel que detém Cabedelo como pólo de todo este litoral, atraindo produtos para serem comercializados em sua feira, assim como, servindo de fonte de absorção da mão de obra regional. Durante muitos anos esta era a melhor fonte de ligação de comunidades como Campina, Barra, Lagoa de Praia, Tatupeba, e várias outras com os centros urbanos de Lucena e Cabedelo, que com isto afirmava sua força em toda a porção meridional do municipio de Rio Tinto, no compartimento entre os rios Miriri e Mamanguape.

Afora estas grandes áreas o litoral era dividido em fazendas, que procuravam explorar o coco, enquanto iam ou vão se transformando em loteamentos. As fazendas do litoral Sul à partir de Jacumã até Pitimbú, também pertenciam ao grupo Lundgren, mas ao contrário das propriedades do litoral Norte, que permaneceram conjuntamente associadas ao capital do grupo em sua faceta industrial e comercial, foram desmembradas desse quando da morte do Coronel Hermann Lundgren, o primogênito do grupo em 1946, ficando o controle acionário e direção das empresas com seu irmão, que posteriormente repassou-os aos seus filhos, herdeiros hoje dos bens, mas não da capacidade empreendedora dos seus ancestrais(16)

Esta divisão das propriedades da Costa do litoral sul entre os herdeiros Lundgren fez com que mais tarde, estes herdeiros fossem os grandes loteadores do litoral de Conde e Pitimbú. São loteamentos em Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinhos, Graú e Abiaí, além de Pitimbú, da área urbana a Acaú. Loteamentos estes em grande parte vendidos na década de 70 e com grande vendagem ao público Pernambucano - em particular, aos recifenses-, fazendo com que esta área seja potencialmente uma inserção no veraneio Pernambuco, que de Itamaracá até Recife representa a alta elitização do litoral do extremo nordeste brasileiro.(17)

Já o litoral norte à partir de Costinha, no Município de Lucena, só mais tardiamente vê surgir loteamentos como uma

fonte de especulação levada a classe média. Mas mesmo assim estes primeiros loteamentos do litoral norte obedeceram uma lógica diferente da encontrada no litoral sul. Primeiro por os terrenos inicialmente serem comercializados, em sua maioria, sem a existência de loteamentos devidamente registrados, segundo por representarem um atendimento a demanda local e regional, fato que se observa no crescimento de todas as cidades e vilas deste litoral.

As diferenças entre estas duas porções do Litoral Paraibano, seja na dinâmica natural ou no processo de ocupação, não foram suficientes para fazer com que o fator industrialização, atuasse sobre os mesmos de forma diferenciada. Ao contrário, a modernização conservadora que se instala em toda zona litorânea com o Programa nacional do Alcool, Pró-alcool, apresenta os mesmos efeitos destruidores na totalidade deste espaço. Os grandes canaviais que a partir da metade da década de setenta sobem o baixo planalto costeiro, pasteurizam a paisagem, transformando radicalmente matas e cerrados (tabuleiros) em extensões de cana de açúcar, agora com objetivos de produção energética, o Alcool.(18)

Existem é evidente diferenças nos índices de conflitos decorrentes desta fonte de litoralização de lugar para lugar, mas sua faceta destruidora é a mesma, característica esta da modernidade que dentro de si traz a

contradição de conter e ampliar as diferenças sociais. Por isto lugares onde a distribuição da população no espaço rural é mais dispersa e não concentrada os conflitos, sociais são muito mais intensos que os naturais. O litoral sul, tem portanto no conflito social (luta pela terra) seu principal aspecto a ser destacado. (19) Ao passo que no litoral norte, à despeito do desaparecimento de algumas vilas e transferência de outras, o conflito ambiental da agroindústria canavieira tem sido o risco predominante. (20)

Estas transformações provocam também uma aceleração muito rápida do crescimento de cidades litoraneas próximas destes centros de expansão dos canaviais. No litoral norte crescem em muito a população das cidades de Baía da Traição e Lucena, com pessoas expulsas das vilas e fazendas extintas e que existiam nos interflúvios do litoral norte ou com trabalhadores boias-frias da labuta com os cansativos canaviais, que nestas cidades e em algumas vilas costeiras encontravam mais facilidades na obtenção de moradia.

Estes fatos também ocorreram no litoral sul mas como duas das cidades deste litoral são mais interiorizadas e não costeiras, Conde e Alhandra, serviram para reafirmar um caráter mais "rural" na economia do litoral sul e mais de economia costeira no litoral norte. (ver quadro abaixo).

Tradicionalmente as zonas produtivas do litoral Sul eram mais ligadas as fazenda nos baixios dos tabuleiros, alguns engenhos inclusive, ao passo que no litoral norte, mesmos

existindo algumas grandes fazendas interiorizadas, os tabuleiros aí caracterizavam-se pela presença de grandes extensões vazias de cerrado e algumas significativas áreas de matas. Apresentando uma importância e integração cada vez maior da economia marítima e estuarina.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LITORÂNEOS DA PARAIBA \*

MUNICÍPIOS	Pop Urbana		Pop Rural	
	1980	1991	1980	1991
MATARACA	897	3 868	623	1 122
BAIA DA TRAIÇÃO	2 238	2 646	2 069	2 716
LUCENA	1 453	5 442	4 965	2 258
CABEDELO	18 852	28 925	426	-
JOÃO PESSOA	335 205	497 314	3 424	-
CONDE	775	3 274	5 633	7 114
ALHANDRA	380	6 732	5 429	5 553
PITIMBÚ	2 854	5 936	5 067	3 539
RIO TINTO	15 109	15 935	9 432	11 177
MAMANGUAPE	18 448	29 901	22 629	20 000
SANTA RITA	54 015	80 047	14 212	14 365
BAYEUX	58 474	77 047	443	278

Na análise deste quadro percebe-se a atuação nesta dinâmica populacional da fonte de Modernização/Litoralização da Agroindústria Canavieira (principalmente em seu aspecto alcooleiro). Pode-se verificar que mesmo até 1980 os municípios litorâneos tinham uma população rural em muitos

casos superiores as urbanas, e justamente em decorrência da expansão desta monocultura este quadro inverteu-se em 1991. No entanto, apesar desta transformação em todo o litoral as origens dos migrantes neste quadro regional são distintas entre estas porções norte e sul. No sul a origem é principalmente de fazendas onde é muito comum as lutas pela terra, das 28 mais violentas questões de terra do estado 8 são no litoral sul, (21) no litoral norte ao contrário, a origem é geralmente da destruição integral de vilas como Tavares e Bonsucesso, uma em Rio Tinto e outra em Lucena, ou ainda da transformação radical de outras vilas como Barra de Mamanguape e Coqueirinho. (22)

Verifica-se portanto um grande crescimento da área urbana, bem significativa nos municípios costeiros, à exceção de Baía da Traição, talvez por influência da existência da reserva indígena. Em Lucena e Pitimbu existe uma grande correspondência entre o número de migrados da zona rural com o crescimento da zona urbana, ao passo que os lugares mais interiorizados apresentam números superiores aos da redução da população rural, tendo portanto a cana de açúcar servido como atrativo muito forte a este aumento populacional, vivenciado por estas cidades, destacando Conde Alhandra e Mataraca.

Estas transformações realizadas por esta monocultura são por demais graves tanto no aspecto social como nos ambientais diretos e indiretos. Os diretos são os

decorrentes dos despejos da alta produtividade de vinhoto nos corpos d'água e os indiretos são aqueles produzidos pela urbanização que esta atividade industrial favorece e propicia (23)

A urbanização sofrida por estas cidades é algo que as aproximam em muito das cidades da idade média no que tange ao aspecto sanitário, portanto de saúde pública, a qualidade de vida urbana tem sido reduzida progressivamente, não é só João Pessoa que, embora para isto também seja pequena, apresenta problemas de insalubridade e de saneamento, decorrentes de má ocupação do solo, da não coleta de lixo e de sistemas insuficientes de esgotamento sanitário. Todas as pequenas cidades das baixadas litorâneas, já apresentam estes problemas, as vezes em altos índices como é o caso de Pitimbú, que frequentemente tem suas praias mais urbanas interditadas por alto índice de coliformes fecais, o que ocorre também, sempre para várias praias da capital e de Cabedelo: Tambaú, Manaira, Arraial e Miramar.

Temos portanto nestas modificações provocadas pela associação destes dois fenomenos iniciais da litoralização, o início da autofagia que inviabiliza o terceiro, o turismo. Para este são necessários alguns requisitos que o ambiente gradativamente não mais apresenta.

Quando a ilusão do "primitivo" das zonas litorâneas é vendida, elas não são mais primitivas e o belo já não é mais tão belo assim. precisa-se de forte acuidade para perceber o



escondido, o que está por trás destes processos de "crescimento", que reproduzem as diferenciações mais desumanas entre os seres. Por trás das luzes existe um mundo escuro que fica a mercê de tudo que vem do mundo das luzes, podendo ser até epidemias como a esperada coléra. A instabilidade ambiental urbana nestes casos pode ser mais destrutiva do que uma guerra, o risco é portanto sempre permanente e eventualmente catastrófico, mas com certeza com a colaboração e responsabilidade humana em sua construção do espaço.

Além destes impactos da implantação dos canaviais e da urbanização a ela associada, o litoral norte e sul conta com outras fontes de transformação do espaço, principalmente o agrário. São os enormes coqueirais da Maguari em Lucena e os também imensos plantios de bambu em Conde e Alhandra (24) Assim como a a implantação da Rib Ilmenita do Brasil que minera em áreas de dunas, até agora sem nenhuma recomposição.

Esta delimitação territorial realizada reduz a ocorrência e a intensidade de algumas fontes de litoralização, mas não os elimina. As fases em que encontram-se alguns fenômenos são ainda possíveis de serem sustentadas e monitoradas, no entanto alguns efeitos podem revelar-se como desastrosos, isto se não significarem já algo mais grave como a exaustão do solo que representa, nesta região dos tabuleiros, um risco muito forte de

desertificação. (25)

Neste litoral, quanto aos riscos, destacamos ainda àqueles que podem vir a ser explosivos, e representam um extremo mal planejamento, tanto para as populações próximas como para o patrimônio histórico e cultural de entorno. Neste sentido Cabedelo é exemplar, infelizmente quanto ao aspecto mais negativo que pode vir a ser catastrófico. O Porto, que tem história no Brasil, quanto ao desvio de verbas públicas na construção e quanto a megalomania de seus projetos apresenta em seu atual pouquíssimo funcionamento, um grande risco.

Isto porque a tancagem dos gases e demais derivados de petróleo, de alto índice explosivo, encontrarem-se encravados em plena área urbana, colocando em risco a vida de grande número de pessoas, assim como também um patrimônio histórico de mais de 400 anos, o forte de Cabedelo. (26) Existem portanto os riscos de saúde pública, a nível epidêmico e de morte imediata por acidentes que em um melhor ordenamento poderiam ser evitados. É bem verdade que estes riscos sempre existiram de uma forma ou de outra, mas as proporções é que são bem mais elevadas e com o crescimento populacional não param de crescer, aumentando com o crescimento a sua própria autofagia.

No estudo deste litoral e nesta perspectiva, ou seja de analisar a evolução significativa da fantasia de liberdade e da autofagia como elementos da modernidade no processo

de litoralização, destacamos como áreas para um maior aprofundamento da análise, João Pessoa e o estuário do rio Paraíba. Mas antes trataremos um pouco desta liberdade que fantasiosamente ocorre no litoral, que é o elemento de transformação do "território do vazio" em um território litoralizado, intensamente povoado.

Cap.2 O LITORAL, ESPAÇO DE LAZER OU DE ILUSÃO. O  
CONTROLE DA LIBERDADE.

"A história da aparência no século das luzes engendra a teatralidade própria da rua, a especificidade das figuras e das modalidades sociais de efusão; conhecê-la bem permite apreciar as representações do drama com o olhar do espectador deste século, pronto a se comover; permite acompanhar e compreender a evolução da retórica das atitudes e dos gestos que se expõem na cena litorânea".

Alain Corbin.

Cap. 2 O Litoral, Espaço de Lazer ou de Ilusão. O contróle da liberdade.

### 2.1 Da Liberdade a Fantasia de Liberdade. O Lazer no Litoral

Existe uma associação muito intensa entre o litoral e a perspectiva de obtenção de liberdade, isto historicamente em nosso país, desde o processo de colonização, que tem na busca desta liberdade um dos principais fatores de sua ocupação.

Para entender o porquê da obtenção desta aparência de liberdade à partir deste território, é necessário que analisemos tanto o processo de colonização, como as perspectivas do homem, enquanto ser, com este espaço de contacto entre vários ambientes.

Os colonizadores que aqui chegaram traziam, á despeito das longas travessias oceânicas, uma serie de comportamentos e preconceitos em relação a estes espaços litorâneos. Procuravam ocupá-los nos aspectos relativos a segurança,

instalando-se em fortins e cidadelas juntos aos portos que representavam as seguranças de defesa, contra os possíveis inimigos, permanecendo as grandes extensões da costa, que totalizam os mais de 8 000 km de praias, como grandes vazios. Muito pelo medo demonstrado culturalmente e estimulado pela religião com sua idéia trágica da natureza.

" o litoral antigo, tal como é representado na época clássica, é assediado pela irrupção possível do monstro, pela incursão brutal do estrangeiro, seu equivalente; lugar natural de violência inesperada, constitui o palco privilegiado do rapto" (27)

Esta perspectiva de medo que a cultura ocidental apresenta em relação a estes espaços também significa os medos que se tem dos grandes espaços vazios e da natureza, hostil, porque desconhecida. (28)

O medo, transformado em terror contribuiu também para que sedimentasse progressivamente no imaginário coletivo um sentimento de repulsa que associa-se em suas causas, a imagem, presente desde a antiguidade, de que " O litoral ... é também o receptáculo dos excrementos do mar; é ao longo da praia que este se purga e expelle seus monstros. Sêneca o relembra: " Faz parte da natureza do mar rejeitar sobre as praias toda secreção e toda impureza... e tais purgações ocorrem não apenas quando a tempestade agita as ondas, mas quando reina a calma mais profunda" Também Estrabão evoca o " movimento expulsivo" ou "purgativo do mar". "(29)

Verifica-se pois nestas causas os motivos iniciais destes espaços terem permanecido por longo tempo, não intensamente ocupados, apresentando muitas das vezes atividades clandestinas. Em não se querendo morar em lugares que conjuga-se estas características, favoreceu-se desde o início do processo de ocupação, o uso deste espaço como terra de ninguém, território sem dono.

Era aí que se refugiavam e concentravam os fugitivos do sistema de colonização. Concentravam-se, índios que não integravam-se ao sistema de produção e de vida dos caraíbas (brancos) e os negros fugitivos do sistema escravista aqui instalado. São portanto, em sua origem, pessoas que tem outra cultura em relação ao conflito do trabalho do cérebro e o trabalho das mãos. Estão muito mais para uma sujeição aos fenômenos e forças da natureza do que para a sujeição a outros homens.

Portanto a ocupação inicial, representou uma busca de liberdade do sistema escravista colonial, possibilitada pelo despovoamento destas áreas, causado pelo medo e pela repulsa. Assim como também por maiores condições de sobrevivência nestas áreas do que em outras.

Maiores possibilidades, pelas dificuldades de serem caçados e também porque: " O estirâncio assemelha-se a uma mesa cotidianamente servida pela providência - ou pela Natureza. A prodigalidade desta última dispensa a

indústria... A praia descoberta pela maré apresenta-se como o lugar da profusão, o que torna mais inquietante o declínio da fecundidade das águas."(30)

Estas possibilidades de sobrevivência apresentadas pelas zonas litorâneas forjaram uma cultura pautada pela independência, que hoje estigmatizam as colônias de pescadores, legítimos representantes destes primeiros habitantes, como podemos perceber em Eduardo Hoornaert ao comentar encontros com pescadores nordestinos.

" Os pescadores que estavam em nosso meio representavam uma cultura brasileira das mais antigas: a cultura formada por gente que conseguiu, de uma ou outra maneira, fugir dos esquemas do sistema colonial implantado no país por portugueses e mais tarde pelos ingleses e europeus em geral. Significativo é o fato de os pescadores serem de tradição africana na zona de cana-de-açúcar, de descendência indígena na zona de fazendas. Claro que nunca foram importados africanos para serem pescadores no Brasil, pois a pesca no Brasil nunca foi negócio de exportação pois o sistema colonial só se interessa por exportação. Por conseguinte, é bem provável que os pescadores que hoje encontramos nas praias sejam descendentes de africanos ou indígenas que conseguiram fugir dos engenhos ou das fazendas e constituir comunidades afastadas dos centros colonizadores, analogicamente às comunidades de quilombos, de outros redutos mais ou menos à margem do sistema, que eram muito



frequentes nos séculos XVIII, XIX e mesmo início do século XX. As praias constituíram um ambiente de vida isolado, pois o acesso se possibilitava o mais das vezes unicamente pelo mar, sendo que não haviam caminhos terrestres: Os caminhos terrestres no Brasil foram formados pelos bandeirantes. Ora, o sistema não tinha interesse em abrir caminhos que levassem ao mar fora dos portos coloniais, por medo de contrabando...

...Mesmo com todo o cuidado neste particular, as praias eram frequentemente lugares de contrabando, inclusive de africanos, no século XIX, quando o tráfico negreiro já era oficialmente proibido." (31)

É dentro deste quadro de fugitivos, que se forja o amor pela liberdade fortalecendo a perspectiva de um espaço livre onde pela dádiva do mar se pode sobreviver sem uma tutela, que lhe aliene do seu produto de trabalho. "O mar, diz o camponês kernewote (...) é como uma vaca que pare para nós; o que ele deposita na beira da praia nos pertence" e "O "pequeno pescador" ignora a especulação. A natureza oferece aqui o exemplo de um justo equilíbrio, impedindo dois flagelos; torna impossível ao mesmo tempo a miséria total e a abundância excessiva que levariam o humilde trabalhador das praias a abandonar sua condição...o estirâncio funciona como um departamento de beneficência ordenado pela Natureza." (32)

Esta alternativa de sobrevivência cria uma cultura que por sua integração tão forte com a dinâmica natural, sem a

necessidade de intermediação da indústria, propicia à despeito desta dependência, uma individualidade em relação a superação de suas necessidades básicas de subsistência. Pois: "... a abolição de domínio externo parecia ser não apenas uma condição necessária como também suficiente para alcançar a meta cobiçada: a liberdade do indivíduo."(33)

Este despojamento em relação ao viver, talvez por, para permanecerem nestes lugares costeiros tenham de ter superado todos os fantasmas em relação as imensidões e profundezas marinhas, representam uma superioridade que lhes permitem uma independência do sistema de produção que se instala, porque: " O estirâncio representa também um efêmero; o pobre em busca de alimento ombreia com o rico, que, por distração veio participar da coleta. Na beira do mar, repete-se não sem trair a realidade, não existe propriedade." (34)

A não aparência de propriedade, da beira mar, ou das zonas de contacto com ambientes de interrelação com o mar, ultrapassam os limites da zona costeira imediata. Criando uma economia costeira, beira mar e lagunar-estuarina, que expande-se como uma economia eminentemente extrativista, desenvolvendo-se economicamente e culturalmente, à margem do sistema colonial de produção. A expansão destes hábitos extrativistas dá-se não apenas em direção ao mar, onde aparentemente não existe uma territorialidade,(35) mas igualmente em direção ao interior das terras próximas, gerando os primeiros conflitos entre os detentores destes

hábitos e o sistema de propriedades que se instala fortemente do final do século XIX até nossos dias.

É neste conflito inicial que revela-se o imaginário, que a partir de então persegue a existência dos povos das praias, ou povos do mar. Justamente por, como não se adequaram ao sistema de produção escravista, também não submeteram-se ao domínio sobre sua força de trabalho, proporcionado pelo modo de produção capitalista, que vai se instalando gradativamente nestes territórios.

Por sua independência da "propriedade" e aparente conquista de liberdade, os povos das praias e do mar à despeito de sua difícil e dura labuta, são sempre vistos como preguiçosos e indolentes, principalmente nas regiões tropicais. (36)

Esta cultura da independência e da liberdade, é que a litoralização, em seu processo de implementação destrói rapidamente, se não de forma planejada, mas oportuna para o sistema que se instala. É uma das contradições da fase final da litoralização que analizaremos posteriormente, quando do estudo das motivações e dos impactos do turismo. Pois cada vez mais permanece atual a afirmação de que "Aos olhos do estrangeiro, o litoral é também o lugar da descoberta ansiosa da surpreendente realidade dos seres que o povoam; o teatro perigoso em que se irá resolver a hesitação entre os prazeres da hospitalidade e a bestialidade dos monstros". (37)

Para o estrangeiro, ou forasteiro, estas populações litorâneas representam o medo, mas significam também a sua superação, na medida de que foram estes povos do mar que introduziram a perspectiva de que estas áreas representam ambientes que por suas amplidões revelam-se saudáveis e muitas das vezes medicinais.

Para uma população que cada vez mais se urbaniza, os espaços naturais passam a ter outros valores, e " O banho de mar adquire a conotação de um mergulho, inteiramente imaginário, que não é tanto fuga social quanto volta as fontes de uma humanidade que se supõe intata e primordial, e cuja inelutável perversão se prevê, acelerada pelo interesse de que é objeto." além do que, " A escuta do povo das praias estimula a fantasia, possibilita o reencontro, imaginário, com o passado submerso da humanidade e do indivíduo; estabelece a homologia mais uma vez afirmada entre as profundezas do mar e as do psiquismo. A praia, até então deserta, povoa-se de seres fantasmáticos que convidam a reencontrar a disponibilidade da infância, a partilhar com o povo pueril suas crenças primitivas. Aqui confluem e se confundem, num mesmo processo de regressão social e de involução psicológica, a lenda popular e o conto infantil." (38)

A urbanização e a industrialização trazem problemas que irão de encontro a estas necessidades básicas da vida humana. Com a afirmação do sistema capitalista, surgem

outros conflitos, que aparentemente não incluem a propriedade de uns homens sobre outros, mas que, como vimos no capítulo anterior, igualmente lhes tira a liberdade uma vez que lhes aliena de seu produto de trabalho, e controla o seu tempo.

Como o que o capitalista utiliza do trabalhador é a sua força de trabalho, ou seja sua energia, que precisa ser repostada, para no mínimo garantir sua renovação, é neste sentido que conjuntamente com os movimentos que procuram garantir um tempo livre ao trabalhador, surge também o controle deste mesmo tempo livre. (39)

Este controle revela-se principalmente no desenvolvimento das variedades de LAZER como uma forma de preenchimento do tempo "livre" do trabalhador. Hoje em dia muitas destas variedades estão associadas ao litoral, por o mesmo representar, conjugadamente a atividade desenvolvida, uma perspectiva de liberdade. Mas agora não mais uma liberdade, solta, mas sim ordenada, controlada.

Destas variedades de lazer voltadas para o litoral, destacamos aquelas que conjuntamente representam o terceiro fenômeno da litoralização o Turismo, que no entanto não representa algo homogêneo, tem muitas facetas e níveis.

O Turismo, ou a atração turística do litoral vem a ser a última fonte de pressão em todo este processo. Inicialmente serve ele para completar a ocupação do território. Pode portanto ser, e o é, um elemento de finalização da perspectiva de transformação do imaginário a

respeito do litoral, de tenebroso a atrativo saudável, lugar de relaxamento, de lazer e de liberdade. Mas também pode ser mais um elemento na produção da autofagia. Principalmente se o imaginarmos também, como uma junção dos dois outros fenômenos da modernização do litoral, a industrialização e a urbanização, uma vez que inicialmente funciona como ocupação para veraneio e posteriormente assume a característica própria da indústria turística.

Tentaremos portanto perceber algumas manifestações desse processo no espaço do litoral paraibano. Com a certeza de que a ocupação tradicional que lhe caracterizou o "modus vivendi" das vilas de pescadores, até meados da década de setenta, encontra-se à partir de sua busca, em autofagia cada vez mais crescente, é portanto a própria morte da liberdade enquanto manifestação cultural.

Procuraremos, ainda que de uma maneira rápida, analisar ou demonstrar, neste espaço, algumas manifestações de: busca e controle da liberdade.

## 2.2 A busca da Liberdade. Das sociedades primitivas às "vilas" de veraneio.

O comportamento inicial de transformação do imaginário à respeito das praias, como vimos serviu para, ao longo de toda a costa brasileira, ocupar os grandes vazios com vilas

de pescadores, mais ou menos independentes, formando uma cultura própria, os jangadeiros no nordeste e os caiçaras no sudeste.(40)

No estado da Paraíba também assim ocorreu e formaram-se vilas de pesca, ou seja aglomerados humanos com sua atividade principal voltada para a economia pesqueira, em uma organização completamente artesanal e extrativista.

Formaram-se e desenvolveram-se vilas e posteriormente cidades (algumas) como:Baia da Traição; Coqueirinho; Barra de Mamanguape; Lucena; Ponta de lucena; Gameleira; Fagundes; Costinha; Cabedelo,(Porto); Tambaú; Penha; Jacumã e Pitimbú, afora as estuarinas interiores, tanto do Paraíba como do Mamanguape.

Estas vilas de uma maneira geral permaneceram até muito bem pouco tempo,com estas mesmas características de economia,de organização social e de cultura. Algumas transformações mais significativas,ocorreram nas vilas que estavam mais próximas dos centros em urbanização, antes do início da litoralização neste litoral, no caso Cabedelo,Tambaú e Penha.

Tambaú,talvez pela proximidade, foi a primeira que atraiu a atenção da população urbana, na busca do lazer e da liberdade de no verão nada fazer, isto porquê, " os homens cultos não ignoram que as praias do mar, por mais que se mantenham desertas e repulsivas, foram outrora lugares de

meditação, de repouso, de prazeres coletivos e de volúpia desenfreada." (41)

Estas primeiras atrações dos homens da cidade sobre estas vilas de pescadores, em si não eram conflitantes uma vez que estas eram, assim como o mar, elementos de atração, pois "o modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que frequentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condicionam igualmente as modalidades de fruição do lugar." (42)

Estas fruições é que servem de pontos de atração como algo místico e sensorial, que estimulam a fantasia desenvolvendo processos de relaxamentos. Firma-se então à partir de Tambaú, Ponta de Mato e posteriormente Poço a prática do veraneio despojada de valores urbanos e integrada, pela própria busca do primitivo, às populações do mar. Nos demais núcleos populacionais litorâneos estas atividades de veraneio, com raras excessões, até a década de setenta restringiam-se aos proprietários de terras na zona litorânea e seus familiares.

Mas mesmo assim alguns núcleos, embora que distantes, despertavam a atração e até a verve poética de algum nativo. É assim com os "Soluços de Realejos" de Américo Falcão cantando sua terra natal, Lucena.



"casebres, mares, coqueiros,  
 Trovador, meu livro encerra  
 Cantigas de jangadeiros,  
 Meigos sorrisos praieiros  
 Das moças de minha terra." (43)

Verifique-se portanto no conteúdo dos versos parte do imaginário à respeito do litoral: Vida simples e despojada representada pelos casebres; a beleza dos mares e coqueiros; a felicidade nas cantigas e a sensualidade na beleza das "moças de minha terra".

É certo que o litoral, o mar, a água, o sol e os banhos alternados de um e outro estimulam a libido e solta a sensualidade. Portanto estes lugares também passaram a ser vistos como lugares de danças, namoros e amores. (44)

Durante muitos anos estas vilas do litoral paraibano assim permaneceram, tendo sua economia voltada para as atividades regionais, à excessão de Costinha, com a caça à baleia e o porto, com suas exportações e importações.

Mas são justamente por estas percepções, de paz e relaxamento, associado ao tempo livre de quando se busca estes lugares, que desenvolve-se um outro hábito relacionado ao futuro contróle da liberdade de usufruir destes espaços livres, o de beber, talvez para mergulhar mais ainda no imaginário de liberdade, necessário a superação das neuroses próprias da urbanização e da modernização.

Cresce então nos anos sessenta os finais de semana passados nas praias, pelos moradores das cidades,

trabalhadores em seu descanso semanal (conquista histórica das lutas trabalhistas). Estes finais de semana são sempre, principalmente no nordeste brasileiro, acompanhados de grandes bebedeiras.

É a partir daí que a busca de liberdade no litoral associa-se a prática da bebida, o que possibilitará mais formas de controle desta liberdade, transformando-a em apenas uma aparência. São estas formas de controle que se instalam à partir desta busca, que procuraremos demonstrar.

### 2.3 O Controle da liberdade e o poder sobre o território.

O controle da liberdade revela-se inicialmente através do poder sobre o território, que surge com a propriedade privada, estimulada pelo seu valor de troca. Instala-se portanto com industrialização e a urbanização, que para a população local (tradicional), pode parecer inicialmente, como possibilidades de desenvolvimento, mas cristaliza-se como estabelecadora de conflitos sérios que pouco a pouco vão inviabilizando sua cultura, seu viver e a liberdade que cada vez mais transforma-se em aparência, vira fantasia.

Este processo inicia-se maciçamente com a expansão da cana de açúcar nas regiões dos tabuleiros costeiros, forçando com a inserção em uma economia nacionalizada, a

construção de vias de circulação para o escoamento da produção.

Estas vias de circulação, fizeram com que os acessos as diversas praias do litoral deixassem de ser, estradas de contrabando, ou de aventureiros. Com o acesso mais fácil rapidamente as vilas de pesca vão-se transformando em balneários. E esta transformação faz surgir os primeiros elementos da especulação, os loteamentos, que nestes primeiros momentos servem para reforçar o poder local, principalmente do detentor de terras.

Aos outros as transformações rapidamente revelam-se prejudiciais, deixando-os a mercê destas mudanças." A influencia de pessoas que procuram o lazer é cada vez maior, ... reforçando o destino de balneário e distanciando o pescador de uma participação efetiva na propria comunidade. A figura do pescador bem sucedido ... é um fato raro, pois o ... tipo de pesca desenvolvida ... acarreta a concentração da propriedade do equipamento, dado o estágio de organização em que se encontra o mesmo.

Ao retomarmos o processo de ocupação do litoral desde a época colonial, podemos observar que as condições de produção da população no litoral permitiram o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal e de uma tradição que levou à consolidação do aprendizado para a manutenção da mesma.

As condições de vida na atividade pesqueira artesanal,

gradativamente levaram o trabalhador a participar de um ritmo de consumo incompatível com a possibilidade de aumentar a produtividade. Isto resulta em um distanciamento dos direitos de cidadãos na sociedade.

Com a "mudança de vento" ... formas do espaço saíram do lugar originando outras formas e retirando o chão dos pés dos pescadores levando-os assim da beira-do-mar para as terras do terral."(45)

Para os nativos, é esta mudança de espaço que simboliza toda sua sucessiva alienação dos processos de decisão e de uso deste ambiente. Mudança de vento porque em todos os casos, foram eles, os nativos, que em função de uma valorização especuladora, foram transpostos da brisa marinha para as "terras de oeste", sujeitas aos ventos do terral.

As transformações e transferências se sucedem ao longo do litoral, as vezes vilas inteiras são transferidas, como foi o caso de Barra de Mamanguape e Jacumã. Outras são extintas como Bonsucesso, em Lucena. E outras ainda são transferidas e transformadas integralmente ao fenômeno urbano, como Penha e Tambaú, a primeira quase que toda destroçada, pela mudança no espaço (expulsas para oeste) e pela mudança de função, de vila de pesca em centro de bebedeira de fim de semana para classes mais baixas, a segunda engolida pela urbanização e transferida para as margens do rio Jaguaribe.(46)

Mas igualmente todas elas vão se marginalizando, do

processo de produção que lhes deram, a perspectiva de uma vida mais livre, principalmente na percepção do tempo e na não propriedade dos espaços mais próximos ao mar.

Esta alienação concretiza-se inicialmente através do lugar de moradia, que deixa de ser franqueado livremente, para ter altos valores e localizar-se cada vez mais distante do mar, assim como quase sempre apresenta-se insalubre.

Este fenômeno de valorização especulativa para o futuro, firma-se com os loteamentos, que associados as transformações no espaço agrário das zonas litorâneas, pela expansão canavieira, provocam um enorme crescimento urbano, totalmente desordenado e confuso, sem nenhuma infra-estrutura básica.

Crescimento este que empurra os nativos para os terrenos insalubres distantes do mar, e estabelece cidades, ou ruas fantasmas próximo a costa, constituídos por casas de veranistas, que só ganham vida com o veraneio e os finais de semana.

A "liberdade" de habitar próximo as praias, fica agora condicionada ao poder aquisitivo, fazendo com que a maioria destas urbanizações litorâneas não tenham moradores permanentes nas primeiras avenidas, e que as avenidas principais se desloquem para as segundas,terceiras e até mesmo quartas avenidas.

A urbanização sempre crescente e sem nenhum planejamento, faz com que estas cidades hoje, apesar de sua

pequena população apresentem os mesmos problemas urbanos de cidades litorâneas bem maiores. A não existência de saneamento é de longe o problema principal, fazendo com que cidades como Pitimbú, apresente praias que constantemente estejam inviabilizadas para o banho.

Mas esta urbanização traz outras manifestações de poder, que tolhe a prática de liberdade, dentre elas destaca-se o consumo, que procura vender as ilusões de liberdade nestes espaços, através das bebidas e do erotismo.

São estas formas de manifestação de lazer, que procuram vender a idéia de liberdade, mas o próprio ato de vender já inviabiliza a liberdade. Destaca-se nestas formas, além dos balneários que produzem e comercializam o verão, centralizando todas as ações na orla marítima, os carnavais de praia e o nudismo da praia de Tambaba, fortes estimuladores de outros níveis de turismo, que não os locais.

Os carnavais de praia desenvolveram-se após as melhorias nas vias de circulação, que após o início da litoralização, com uma industrialização e uma urbanização extremamente transformadora e caótica, vem a ser elemento fundamental na atração por estes espaços, pois junta: mar; bebida e carnaval, três elementos estimuladores das fantasias. Surgiram portanto em meados da década de setenta e

PROCURAVAM atrair através dos carnavais os turistas necessários.

Ao longo dos anos verificou-se um crescimento frequente no movimento destes carnavais, que no entanto vem se estabilizando senão reduzindo nos três últimos.

Se os carnavais tendem a se estabilizar o mesmo não acontece com o turismo externo nacional e internacional, que tem seu chamariz no nudismo de Tambaba e seu cambalacho no "Projeto Costa do Sol". O nudismo de Tambaba pretende-se o fator necessário de colocação da Paraíba no mapa. E o Costa do Sol, com sua elitização representa a mais significativa manifestação de manutenção do conservadorismo na modernização, assim como também em sua megalomania a falta de oportunidade e necessidade no planejamento da coisa pública.

Hoje em dia apresenta-se um entrave ao desenvolvimento normal e progressivo da industria do turismo, pois nêle foram gastas as verbas e os esforços de todo um governo. Gerando um problema do tipo, não se sabe o que se faça. Pois encontra-se com bastante obras realizadas, que no entanto não ligam nada a lugar nenhum, ao passo que todo o restante do litoral do estado, inclusive João Pessoa, não apresenta condições de desenvolvimento do turismo.

Estas manifestações de domínio do espaço litorâneo, através do consumo tem se revelado, à despeito de futuras possibilidades de lucros da industria turística, em

profundas discrepâncias entre as necessidades e as realizações de obras prioritárias. Para esta compreensão é que selecionamos o Estuário do Paraíba e a urbanização de João Pessoa como espaços a serem melhor analisados.



Cap.3 LITORAL, DO "BRILHO" DA PRODUÇÃO A MODERNIDADE  
AUTOFÁGICA.

"não sabemos como usar nosso  
modernismo; nós perdemos ou  
rompemos a conexão entre  
nossa cultura e nossas vidas".

Marshall Berman

### 3.1 O ESTUÁRIO DO RIO PARAIBA, O "BRILHO" EM RISCO.

#### Das Potencialidades Biológicas as Necessidades de Conservação.

O Estuário do Rio Paraíba do Norte, de meados da década de 70 para cá, vem despertando maior interesse científico, com a realização de uma série de pesquisas, com interesses diversos mas com algumas propostas mais abrangentes na análise ou se de aspectos particulares, fazendo parte de estudos mais amplos. Dos mais recentes trabalhos, alguns são dissertações de mestrado na área da biologia e da ecologia, outros são estudos geológicos e geomorfológicos ligados a projetos e estudos das condições físicas ou geo-ecológicos, e outros ainda de interesse de análises sócio-econômica e históricas, além de alguns de interesse antropológico, ao estudar o desenvolvimento de formas de relação voltadas a pequena produção e as necessidades de sobrevivência. (47)

O Estuário do rio Paraíba localiza-se no extremo nordeste brasileiro, ao norte do Cabo Branco. Situa-se em uma planície fluvio-marinha e é formado pelos rios: Paraíba, Paroeira, Tiriri, Ribeira e da Guia na sua margem esquerda e Sanhaúá, Tambiá e Mandacarú na sua margem direita. Destaca-se ainda além da complexa rede de drenagem, a ocorrência de uma série de ilhas e de uma magnífica

restinga, paralela ao estuário e a linha de costa.

Destacamos ainda como importantes, a presença de centros urbanos em torno do estuário, entre eles João Pessoa. O que torna ainda mais rica e necessária a análise desta área.

### 3.1.1. Condições e Dinâmica Natural

Seguindo um processo padrão de análise-físico-natural, necessitamos entender a dinâmica da evolução física do meio e posteriormente a compreensão da dinâmica dos seres vivos aí habitantes. Principalmente pelo tipo de análise pretendida, percepção ecológica que segue esta abordagem, é por demais importante, tendo em vista que pretendemos demonstrar as potencialidades biológicas e os problemas ambientais

O processo de formação do estuário do Paraíba do Norte nos parece bastante rico e complexo, tendo em vista a sua forma de apresentação com um difusa hidrografia e a presença de ilhas, terraços d acumulação e uma grande restinga, além da proximidade de formação sedimentar terciária, o grupo Barreiras.

De início nos defrontamos com a certeza que do ponto de vista geológico-geomorfológico, a análise da formação do estuário não pode ser desvinculada da análise da formação da restinga de Cabedelo. A restinga assim como o estuário são destacados em todo o litoral da Paraíba, pelas suas

dimensões e originalidades que lhes dão caracteres e importância particulares como podemos observar no oportuno trabalho " Estado da Paraíba-Classificação Geomorfológica", " A altura de João Pessoa no estuário do rio Paraíba, observa-se uma extensa area quase retilínea formada pela planície de restinga, que de Cabedelo até as proximidades da praia de Manaira, em João Pessoa atinge 15 km. Neste estuário, localiza-se a ilha da Restinga que separa para leste o canal do Forte Velho...é a planície de restinga de Cabedelo, incluindo a do Bessa-Manaira, que dá maior amplitude à Baixada Litorânea. A Baixada se estreita outra vez na Ponta do Cabo Branco, reaparecendo de modo descontínuo, sob a forma de praias, pequenas restingas e mangues, até o limite com pernambuco".(48)

Como vimos a área em estudo tem importância em relação ao Estado, não só relativo ao estuário em si, mas também quanto a planície litorânea que com ele se limita, que associando-se com a de Lucena, ao norte da foz estuarina forma o maior conjunto de planície litorânea do estado e um dos maiores do nordeste.

Em sua formação influenciou significativamente as variações quaternárias do nível do mar, constatadas a partir da presença de terraços de níveis altimétricos diferentes. Se quanto a influência das oscilações climáticas não existe controvérsias, o mesmo não podemos afirmar em relação as influências Tectônicas, existindo portanto controvérsias

quanto a influências de falhas no processo de formação do estuário. As mais aceitas no entanto, são aquelas análises que consideram estas influências como orientadoras das direções tomadas por alguns rios do litoral Paraibano, incluindo entre eles o Paraíba e alguns de seus afluentes no estuário. Para o entendimento desta questão é necessário no entanto perceber o quadro um pouco mais amplamente, ou seja, uma visão global de todo o litoral paraibano, com destaque especial para " o Baixo Planalto Costeiro, formado pela deposição levada a efeito no terciário, depois do oligoceno e até o pleistoceno médio, a partir da erosão do material desagregado do Maciço da Borborema, em fases repetidas de resistasia, constitui, geologicamente, o grupo Barreiras, que repousa sobre o pré-cambriano ou sobre o Cretáceo" (49)

As divergências nas análises geológicas ocorrem a partir daí, ou seja, a partir das caracterizações e explicações de formação do Grupo Barreiras. Apresentando uns duas formações: Guararapes e Riacho Morno e outros apresentam três formações: Serra dos Martins, Guararapes e Macaíba. Estas divergências expandem-se e são então associadas a origem tectônica ou não de alguns vales, ou a possibilidade de um sistema de falhamentos. Embora pareça que a maioria concorde com a ocorrência e influência de um sistema de falhas existem alguns trabalhos sendo desenvolvidos que não consideram esta hipótese, atendo-se muito mais a influência do processo de sedimentação/erosão formador do grupo

Barreiras, analisando as diferenças e correlações entre a superfície do Baixo Planalto, compreendida entre o Rio Paraíba e o rio Miriri, e entre este e o rio Mamanguape, assim como as diferenças da mesma superfície entre o litoral norte do estado (ao norte do Paraíba), e o litoral sul (ao sul do Paraíba).(50)

Portanto verifica-se que para entender o processo de formação do estuário é necessário uma perspectiva mais abrangente, de formação de todo o litoral, do grupo Barreiras e em particular da restinga de Cabedelo. De acordo com a proposição, inicialmente aceita, da confluência de diversas influências nos processos de formação do Barreiras e da drenagem do Estuário. Destacando-se o posicionamento dos blocos pelo sistema de falhas e as variações do nível do mar, que na formação da Restinga é responsável pelos diversos níveis dos terraços, como podemos perceber nos estudos sobre o quaternário.

" Resume-se a estratigrafia do quaternário, a partir da deposição da Formação Guararapes e conseqüente formação da superfície dos Tabuleiros. A deposição; na idade Riss, da Formação Macaibas, relaciona-se a considerável abaixamento do nível do mar, além de uma significativa reativação tectônica de falhas preexistentes.

Tais ações é que condicionaram o posicionamento dos blocos de maneira semelhante a como hoje se encontram, ocasionando a formação da drenagem do rio Paraíba.

No interglacial Riss/Wurm o nível do mar chegou a se elevar até 6-8m acima do atual, quando depositaram-se sedimentos estuarinos, hoje encontrados constituindo terraço de 7-8m, devido a levantamento dos blocos ao norte, por ligeiro movimento de compensação isostásica, ocorrido após intensos processos de degradação sobre a superfície dos tabuleiros, durante a glaciação Wurm quando o nível do mar baixou -60m. Tal terraço é encontrado apenas às margens da drenagem do Rio da Guia e na ilha da Restinga.

No Flandriano, o avanço do mar afoga o estuário e deposita sedimentos de mar raso que hoje constituem o terraço de 5-6m, assim hoje posicionados devidos também aos movimentos atrás referidos que continuaram até o início do Dunquerqueano. Então a regressão pós-Flandriana deposita o último terraço de 1-2m, também de características puramente estuarinas".(51)

Quanto a formação e evolução da restinga de Cabedelo, além das influências no processo de sedimentação, das variações climáticas e das correntes, destacamos a influência também significativa da existência de arrecifes (recifes de arenito e não de coral, segundo Hallégouet/NEPREMAR e Maria Gelza), na forma tomada pelos sedimentos e apresentada pela linha de costa. Desenvolvimento este que se apresenta em flexa.

" A projeção da costa para dentro do mar que constitui a Ponta do Bessa, é reflexo direto da existência do recife,

que funcionando como um quebra-mar natural, protege-a, no geral, sob a forma de um extenso alinhamento rochoso quase retilíneo, colocando-se, praticamente, paralelo à costa, numa aproximação N-S". (52) Assim como " l'examen des photographies aériennes couvrant la région permet d'observer que les crêtes récentes présentent des courbures netement plus accentuées que celle des levées littorales plus anciennes. Ce phénomène est dû certainement à la formation de récifs résultant de l'induration des anciens cordons lors de mouvement régressifs de la mer. La présence de reliefs gréseaux, dégagés par la mer à chaque reprise de la transgression, a constitué, en brisant les houles en avant du rivage, un élément favorable à la progradation des crêtes de plage dans les zones les plus abritées. Elle a déterminé, dans ces secteurs, l'exagération de courbure de la ligne de rivage: point de Tambaú, point de Bessa, point de Campina." (53)

Destacamos ainda como importantes na dinâmica do estuário, os processos de colmatagem, e consequente formação de bancos de areia, e de áreas vazosas. Assim como a intensa sedimentação existentes nos canais reduzindo cada vez mais seus níveis batimétricos.

O entendimento do processo de formação aqui exposto deve ser entendido como a formulação básica para o conhecimento da dinâmica natural, objetivando um melhor entendimento das possibilidades de utilização racional desses recursos e a



consequente transformação em riquezas.

Para a compreensão das potencialidades biológicas que representam neste caso o brilho possível da produção proveniente da transformação dos recursos, torna-se necessário compreendermos além da formação alguns parâmetros físico-químicos. Estes fatores permitem ou impedem as possibilidades de produção e reprodução dos seres vivos aí localizados. Portanto para a compreensão do meio e o conhecimento das potencialidades de uso, são necessários além dos dados já conhecidos, dados relativos a: Transparência da água; material em suspensão; oxigênio dissolvido; temperatura e salinidade.

De acordo com Sassi/Watanabe (1979) e Nordi(1981), a transparência da água é maior em direção as áreas externas do estuário, sendo relacionado a influência da água do Mar, e nas áreas mais interiores a influência de maior quantidade de material em suspensão, que interfere na penetração da luz, reduzindo-a.

"O conteúdo de oxigênio na água é de fundamental importância na distribuição da vida, especialmente dos animais. A distribuição vertical do oxigênio na água resulta da sua difusão a partir da superfície e da atividade dos organismos fotossintetizantes. A fotossíntese do fitoplâncton determina um máximo na zona eufótica e tende a diminuir no fundo. A concentração de oxigênio dissolvido diminui também com a intensidade do processos oxidativos da

matéria orgânica(Morgalef,1975). Além disso, em ambientes com grande quantidade de matéria orgânica podem existir zonas profundas, com condições de completa anorexia, ricas em sulfato de hidrogênio, associado ao fato de que a quantidade de oxigênio que pode se dissolver na água é insuficiente para oxidar a quantidade de matéria orgânica presente".(54) No Estuário do Rio Paraíba, foram encontradas áreas com completa anoxia, provavelmente relacionadas a grande quantidade de matéria orgânica dos esgotos domésticos de João Pessoa. Notou-se ainda um aumento da oxigenação na influência das águas do mar.

A temperatura média do Estuário foi da ordem de 25 a 31 graus centígrados, com um aumento também na área de influência dos esgotos domésticos do "Rio Tambiá", que provavelmente pela presença em superfície de matéria orgânica absorve mais radiação solar. A temperatura também não apresentou grandes variações na coluna d'água. A salinidade apresenta duas áreas com comportamento distintos, Uma mais exterior, mais ou menos do sul da Ilha da Restinga até a desembocadura, com certa homogeneidade no percentual de salinidade e pouca variação entre a maré alta e a maré baixa. Outra mais a montante, ou na parte mais interior do Estuário, onde passam a ter significativa influência os aportes de água doce dos seus tributários. Nota-se nestas áreas uma intensa variação dos graus de salinidade na maré baixa e maré alta. Interessante ainda destacar que

existe uma variação sazonal, tanto em maré alta, como em maré baixa, que tem seus valores de salinidade reduzidos, durante a época das chuvas.

Quanto a esta sazonalidade, gostaríamos ainda de destacar uma outra relação verificada por Nordi (1981) " De maneira geral, o zooplâncton do Estuário do Rio Paraíba do Norte foi mais abundante na estação seca, cujo máximo de organismos atingiu quase o dobro daquele alcançado na época das chuvas".(55)

Portanto na compreensão da dinâmica natural do Estuário, além dos dados de seu processo de formação e de suas condições físicas, precisamos compreender a importância da variação sazonal, climática, a nível regional, e hidrológica, físico-química e morfológica a nível local. Estes dados se tornam importantes para compreendermos as diversas potencialidades de recursos do Estuário e sua capacidade de exploração.

### 3.1.2 Potencialidades Biológicas / Poluição e Assoreamento

Após esta rápida visão de diversos aspectos das condições estuarinas e de sua dinâmica procuraremos demonstrar suas potencialidades biológicas.

Destaca-se de início a ocorrência de significativa

importância de extensa área de mangue ocupando uma área de mais de 6500 hec. Esta verdadeira floresta de Mangue ganha importância vital não só como natureza a preservar mas também como recurso natural renovável que tem uma capacidade de produção de algo em torno de 20 a 40 toneladas de matéria orgânica seca por ha/ano. Tendo portanto as áreas de Mangue uma importância vital na produção biológica, favorecendo a proliferação de bactérias e de fitoplâncton, tão necessários ao desenvolvimento da cadeia alimentar.

Esta grande quantidade de mangue, representa uma verdadeira floresta inundada com uma potencialidade de produção de mais de 250.000 toneladas de matéria orgânica seca por ano. Indiscutivelmente a presença desta fabulosa floresta de mangue concorre para a grande potencialidade biológica deste estuário, além de o próprio mangue em si já representar um recurso natural até há pouco largamente utilizável em construções populares da população de baixa renda. Nos relatórios do NEPREMAR, verificamos a presença de grandes diversidades de organismos, desde os planctônicos, aos peixes, crustáceos e moluscos, com ocorrência de mais de 80 (oitenta) espécies planctônicas, entre zooplâncton e fitoplâncton, mais de 100 (cem) espécies de peixes, mais de 50 espécies de moluscos

Toda estas condições biológicas e os recursos existentes

representam uma faceta do brilho do Estuário do Paraíba. Mas hoje já ao analisar estes parâmetros biológicos percebe-se o risco desta mesma faceta não continuar com a sua potencialidade de brilho que a quantidade e a diversidade de recursos existentes possibilitam. Isto pela presença já marcante da poluição e do assoreamento.(56)

Tendo em vista este estuário assim como a restinga encontrarem-se em franco processo de evolução seu ecossistema apresenta-se bastante frágil e qualquer alteração não pensada pode inclusive alterar a própria capacidade de recuperação biológica existentes nestes recursos.

A poluição e o assoreamento merecem, mesmo que uma análise rápida, por representarem nestes dados iniciais o princípio do risco de quebra deste espetáculo natural da diversidade biológica de recursos.

Este "risco", constata-se ao entrevistarmos pescadores que nos contam do "desaparecimento" de algumas espécies de peixes, fato que também confirma-se ao acompanharmos os dados fornecidos pelas pesquisas desenvolvidas por órgãos especializados e pesquisadores isolados, como podemos verificar em Carlos Ovidio L.de Mendonça,(1976)." Vimos acompanhando, há alguns anos, a diminuição gradativa de peixes e invertebrados costeiros, comuns e abundantes no litoral, principalmente das espécies bentônicas e das nectônicas de ciclo migratório já conhecido.

A Região, objeto de nossa observação se situa desde o Cabo Branco até o farol de Cabedelo, incluindo, como é óbvio, o Estuário do Paraíba, em sua comunicação com o mar ao norte e ao nordeste. Nossas observações incluem não só o canal principal como também o canal de Forte Velho e o esteiro do rio da Guia, ao sul de Costinha e a noroeste da Restinga, ilha que domina a foz do Paraíba, em Cabedelo.

Há alguns anos, com frequência, encontrávamos em nossas incursões submarinas, na orla marítima e, perto do Porto de Cabedelo, representantes diversos de nossa fauna marinha. Eram meros, camurins, caranhas, galos, tainhas (4 espécies), carapebas, parus-brancos, xaréus, serras, guarajubas, etc., isto para não nos referirmos à quantidade de ostras, lagostas, polvos, guajás e outros seres que proliferam e que hoje são raridade". (57)

Os principais tipos de poluição que interferem diretamente no Estuário, são de duas ordens distintas, urbanas e industriais. As urbanas caracterizam-se por afluentes de origem doméstica de Bayeux e Santa Rita, através dos rios Paroeira e Sanhauá, e de João Pessoa através do rio Tambiá, este já praticamente apenas um corpo condutor de esgoto. O outro tipo o industrial, caracteriza-se basicamente pela presença da indústria canavieira, principalmente pelo aumento bastante rápido da produção de açúcar e álcool na região, incentivado este último pelo

Pró-álcool, que está a necessitar de melhores análises sobre seus efeitos, uma vez que a expansão dos canaviais deram-se sobre o Baixo Planalto costeiro, transformando-o significativamente e indiscriminadamente, derrubando e arrasando o cerrado, localmente denominado de Tabuleiros e os restos de Mata Atlântida ainda existentes na região, interferindo portanto no Estuário em outros aspectos que não o da poluição, assoreamento por exemplo.

Os estudos do cultivo da cana de açúcar do ponto de vista de suas repercussões poluidoras já foi destacado por estudos geográficos, e por outras ciências. Existindo inclusive estudos técnicos com o objetivo de desenvolver possibilidades de reutilização do vinhoto, ou vinhaça ou ainda calda, que é o restilo da produção do álcool. Estes estudos sejam geográficos ou não, foram realizados nas mais diversas regiões do país onde existem canaviais. No caso do Paraíba estudos realizados há mais de 30 anos comprovam o efeito poluidor desta indústria canavieira. Como podemos verificar em Gilberto Osório de Andrade (1959).

" De fins de setembro, portanto, até meados de maio, mais de trinta milhões de litros de caldas enxovalham o Estuário; volume calculado à base da capacidade total de destilação das quatro usinas sabendo-se que a cada litro de álcool destilado correspondem dez litros. Os efeitos desse caudaloso derrame alastram-se pelos esteiros da várzea terminal e fazem-se sentir ainda no Sanhauá, isto é, na "

Cidade Baixa" de João Pessoa. Como o volume d'agua do Estuário afogado é considerável, os residuos diluem-se com relativa eficácia; esse resultado, porém, faz-se tardio em consequencia dos fluxos da maré oceânica, que duas vezes por dia reintroduzem na barra parte das caldas drenadas para o mar.

Em maio, quando a concentração dos derrames chega ao seu ponto máximo, as condições agravam-se particularmente e é este o tempo dos maiores clamores. A criação domestica dos moradores ribeirinhos é de tal modo afetada que diminui cada vez mais o número dos que se destinam ainda a tentá-la outravez. O banho, a lavagem de roupas e utensílios domesticos, o preparo dos alimentos e a mais rudimentar higiene ficam comprometidos. Nas águas águas corrompidas, que as camboas de precária vasão e os remansos dos rios retém por algum tempo, e cuja podridão é destarte ativada, geram-se larvas de mosquitos sem contar a proliferação do plamórbio hospedeiro esquistossoma faz-se às mil maravilhas. Nas camboas também, ao que parece, pois que há indícios de ser por mero acaso que, no vale, as condições sanitárias são melhores a montante da confluência do Una, isto é a montante do despejo das caldas.

As implicações desse derrame no regime alimentar regional são óbvias e axatamente as mesmas que se têm registrado nos demais rios-de-açúcar, principalmente nos



pernambucanos: mortandade maciça de peixes e crustáceos e rutupra, também do equilíbrio ecológico. transtorno este de que não se conhecem as proporções exatas, mas que são fáceis de ser presumidas como desfecho necessário".(58)

Se na década de 50, com apenas 4 (quatro) Usinas, tínhamos uma produção de 30 milhões de litros de calda, despejados nas águas do Paraíba e afluentes, que causavam já todos estes danos registrados, que danos não devem causar hoje os restos da produção alcooleira que ultrapassa em muito mais de 10 vezes a produção daquela época.

Este aumento de produção deu-se como já o dissemos, por conta do incremento à atividade canavieira por com o Pró-álcool. Se até então a produtividade do Estuário não havia sido significativamente alterada, agora não temos mais esta tranquilidade, necessitando um acompanhamento sistemático e o devido controle de todas as intervenções no equilíbrio deste ecossistema e principalmente quanto a estabilidade dos manguesais. Destacando na necessidade deste monitoramento que as alterações mais drásticas deste ambiente tem apresentado causas exógenas e não endógenas.

Outro fenômeno de degradação que tem relevância no Estuário refere-se ao assoreamento, que embora já sofra uma influência direta de processos erosivos naturais, aumenta em muito com as ações da sociedade na exploração de uma série de recursos. Esta ação tem-se agravado, com o perigo de causar riscos, à partir do Programa do álcool.

Embora os dados hidrológicos e a análise Geomorfológica, nos demonstrem um intenso processo de sedimentação e colmatagem, não podemos responsabilizar unicamente os processos naturais por estes fenômenos, pois sabe-se a partir da análise da Colonização que os processos sociais tem muita influência nesta ação.

" Tudo leva a crer que o rápido assoreamento desse ancoradouro - assoreamento tão eficaz que até mesmo o Porto de Cabedelo, a menos de 1km da barra, vive constantemente às voltas com intérminos problemas de dragagem - tem causa num fenômeno comum a outros rios-do-açúcar do Nordeste, tais como o Mamanguape e o Jiquiá, este nas Alagoas: efeito de erosão antrópica, que há quatrocentos longos anos fornece a carga sólida obtida das várzeas desmatadas, e mesmo das vertentes, onde um cultivo intensivo e sem cuidados contra a decapitação dos solos seguiu-se ao desmorte da vegetação protetora". (59)

O exame e a análise das fotografias aéreas, das cartas batimétricas assim como os trabalhos de campo, nos mostram baixas profundidades e a presença de uma grande quantidade de bancos de areia, significando juntamente com a intensa area de mangues, exemplos de formas que representam o processo de colmatagem, existindo no entanto para a navegação um canal, que frequentemente tem a necessidade de ser dragado. " Existe um canal que vai desde o rio Sanhauá até a zona do Porto de Cabedelo, seguindo sempre o leito do

Rio Paraíba. Neste canal duas áreas apresentam profundidades maiores; na desembocadura do Rio Tambiá e na desembocadura do Rio Mandacaru. Um canal secundário e transversal ao primeiro é formado na desembocadura do Rio Tambiá.

O canal principal termina no Porto de Cabedelo, onde profundidades maiores são detectadas em consequência das dragagens já efetuadas.

Esta situação encontrada na bacia de manobras do Porto, ocasiona, por dinâmica fluvial, a formação de canais mais profundos a jusante do Rio da Guia e do canal de Forte Velho.

A leste da ilha Tiriri e da ilha do Stuart são comuns as coroas arenosas, que nas marés mais baixas, afloram à superfície. Coroas outras são também encontradas ao norte da ilha do Stuart e relacionadas a ilha dos Porcos". (60)

Os problemas de sedimentação foram inúmeros principalmente quando, dos debates a respeito da construção do Porto da Paraíba,, que alguns defendiam em Cabedelo e outros em João Pessoa, no Sanhauá. Os debates e disputas continham em seus argumentós os problemas de colmatagem, como podemos ver em Madruga(1980). "Iniciou-se então a execução do canal de navegação (2.580.000 m<sup>3</sup> ), balizamento do canal, cais de atracação, enrocamento do cais, armazéns, guindastes, etc, em 1921. Em 1924, os serviços passaram a sofrer reduções e foram totalmente suspensas em 1925.

Os problemas tinham sido inúmeros. O rio Sanhauá dragado 9(nove) vezes até 8m voltava a profundidades menores, (hoje está em média de 3m na preamar, segundo dados do NEPREMAR ).

Portanto, verifica-se que nesta área a sedimentação é bastante intensa, assoreando cada vez mais rápido o Estuário, que hoje em dia reconhece-se ser de baixa profundidade:" os dados batimétricos obtidos demonstram que de uma maneira geral o Estuário do Rio Paraíba do norte é muito raso, com uma quantidade excessivamente grande de bancos arenosos e lodosos que ficam emersos durante a maré"(dados do NEPREMAR,1980).

Tal situação já era sentida na década de 20, quando então, em 1928, foi aprovado o projeto de execução do Porto em Cabedelo, com as características do Porto que iria se construir na capital. Iniciou-se a execução do projeto, após 1930, com a vitória da revolução na Paraíba, quando seria assinado contrato entre o Estado da Paraíba e a GEOBRA (Companhia Geral de Obras e Construção)". (61)

Podemos citar ainda como evidências de um intenso assoreamento, as necessidades atuais de constantes dragagens do canal do Porto de Cabedelo, e ao evidente crescimento da coroa existente a Nordeste da Ilha da Restinga, em direção ao cais. Necessitamos também evidenciar os processos constantes de desmatamentos dos restos de matas nas cabeceiras de rios afluentes do Estuário, através das bacias

do rio da Ribeira e do rio da Guia. São as matas da Aldeia e de Cravaçu, que juntas totalizam perto de dez mil ha e estão sendo rapidamente destruídas. (62)

### 3.1.3. A ocupação e o "Amenagement"

A ocupação do Estuário do Rio Paraíba, remonta ao período de colonização, quando o mesmo despertou bastante interesse e oportunidades no desenvolvimento da ocupação da Capitania, servindo como via de comunicação, e de penetração para o interior. A ocupação atual apresenta formas de ocupação rural e urbana. Não diferindo das características do desenvolvimento social, econômico e político da sociedade brasileira. As cidades pelas suas peculiaridades e funções, desenvolvem bem as relações capitalistas de produção, funcionando como centro polarizadores, tendendo a uma expansão, que provoca mudanças na distribuição da ocupação. Estas mudanças provocadas pela expansão dá-se de várias formas, desde o alargamento territorial ao alargamento das influências sociais e culturais dos padrões urbanos, assim como da organização do trabalho e da marginalidade. As cidades no seu crescimento atraem uma população rural, expulsa do campo, pela mudança nas relações de produção, que vão se aglomerando na periferia, integrando uma nova forma de vida social, que conserva um pouco das referências passadas, mas sem grandes possibilidades de

desenvolvimento.

No caso da cidade de João Pessoa estas populações marginais, estabelecidas em favelas, em grande quantidade de ocorrências estão relacionados ao Estuário ou a um dos seus formadores, acontecendo o mesmo em Bayeux. Estas populações ao aí se instalarem vêm no rio uma possibilidade de manutenção de algumas formas de relação desenvolvidas anteriormente, possibilitando portanto algumas formas alternativas de sobrevivência de acordo com duas necessidades básicas: moradia e alimentação. Neste aspecto são importantes os levantamentos realizados a respeito de formas de atividade pesqueira, voltadas a alimentação direta destas populações. São fundamentalmente moluscos e crustáceos. No caso dos crustáceos, mais especificamente o caranguejo, vem sendo estudado em pesquisas que objetivam o entendimento do ciclo comercial do caranguejo e das relações sociais normalmente decorrentes.

Quanto a ocupação rural, merece destaque aquelas atividades ligadas diretamente a produção estuarina. Principalmente as atividades ligadas a pesca e a piscicultura, que representam para a população de baixa renda (a primeira) e a classe empresarial (a segunda) a possibilidade de utilização dos recursos naturais, que acreditamos deva se concretizar, tendo no entanto como principio básico e fundamental, a natureza do recurso, se renovável ou não, e as formas de renovação, procurando saber a capacidade limite de

recuperação.

Estas atividades de a muito se realizam principalmente mais para o interior do Estuário, mais especificamente nas confluências dos rios Paraíba, Paroeira, Tiriri e da Ribeira na margem esquerda, e dos rios Tambiá e Mandacaru na Margem direita. Hoje nestas areas estão localizando-se as Fazendas de Camarão, forma moderna dos antigos viveiros aí localizados. Moderna sim mas de uma modernização conservadora como em todo o litoral e nas mais distintas formas de manifestação das frentes de litoralização, que muitas das vezes se conflitam, como é o caso desta atividade com a desenvolvida pelas destilarias de álcool que aí se intalaram no mesmo período. Ainda quanto a pesca, os efeitos nocivos provenientes da industria canavieira em sua produção de álcool, atingem as diversas outras formas de apreensão do pescado, como: tomada; zangareia; tarrafa; arrasto e redinhas.

As transformações causadas nesta atividade são fruto da poluição, mas não só pois sofrem ainda outros fatores provenientes da urbanização, e da industrialização a exemplo dos que alteram as relações de produção, provocando os processos de expulsão dos pescadores e agricultores, neste caso principalmente nas localidades de ilha de Stuart, Ribeira e Tambauzinho, na margem esquerda do Estuário, com grande redução das populações e de Forte Velho e Livramento com o aumento rápido de seus habitantes.

Os cultivos de cana-de-açúcar tem-se expandido muito a noroeste do Estuário, em áreas de drenagem do rio da Guia, tendo-se aí instalado duas destilarias nos formadores do rio Soé, o Jacuípe e o Jacaraúna. Estas plantações tem ocupado significativamente os espaços antes ocupados por cerrados, os tabuleiros. Mas a expansão de cana das Usinas Santana e São João tem-se dado em grande parte em área de mata que envolve o rio Pau-Brasil, formador do Tapira, também afluente do rio da Guia. São as já citadas matas de Adeia e Cravassu, hoje com um índice bastante significativo de dematamento e destruição. O avanço da cana nesta região nos últimos dez anos provocou uma total reorganização do espaço, com transformações profundas tanto no espaço como nas relações sociais.

Destaca-se ainda como um dos fatores atuantes neste intenso processo de transformação do espaço rural, a também rápida expansão do cultivo do coco, extensa monocultura nas fazendas Mangereba de Cima, Mangereba de Baixo ( atual Vale do Mangereba ) e Soezinho de propriedade desde 1979 da Maguari, empresa do grupo Tavares de Melo de Pernambuco, que as vendeu em 1984 para a Sousa Cruz. Esta empresa já dispõe de mais de 1500 ha cultivados e continua com o plantio em expansão, tanto do coco como do abacaxi.

O coco representa uma tentativa de melhoramento de produção em relação aos cultivos tradicionais que se desenvolvem ao longo de toda faixa litorânea nordestina.



Atualmente além de reduzir o prazo entre o plantio e o início da produção, estas técnicas e a introdução de espécies híbridas importadas da Malásia, Indonésia e Costa do Marfim, já aumentaram em mais de 5 vezes a produtividade média por ha. Os 200 000 (duzentos mil) coqueiros plantados produzem em torno de cinco milhões de toneladas. Mas as transformações efetuadas não se dão apenas quanto aos aspectos biológicos e genéticos da produção, elas o foram também e com muita intensidade nos aspectos sócio-econômicos da produção, causando um verdadeiro rearranjo espacial. Tem estas fazendas hoje mais de quatrocentos empregados, que trabalham nas diversas atividades do cultivo.

As diversas localidades estuarinas, da margem esquerda, Livramento, Ribeira, Tambauzinho, Forte Velho e Guia, estão diretamente influenciadas por estas transformações rurais, geradas por um processo econômico comandado dos centros urbanos. Costinha também na margem esquerda tem peculiaridades decorrentes da localização aí da COPESBRA (Companhia de Pesca Norte do Brasil), empresa que desde o início do século realiza a pesca da baleia e pertence do final da década de 50 até hoje ao grupo multinacional Nipon Reizo KK de Tóquio, que para cá transportou o Know How e o capital japonês.(63)

Na margem direita, além do centro urbano de Cabedelo, destacamos a presença do Porto, desde o seu início fadado

a ser polêmico, inicialmente pelas disputas políticas e por questões técnicas de Engenharia Portuária, e atualmente pelo seu pouco funcionamento e pelas manias de grandeza de projetos irrealizáveis.(64)

Destaca-se ainda como fator de Modernização na margem direita a Praia de Jacaré que desenvolve-se a partir da promoção de esportes náuticos e de bares que exploram principalmente o belo pôr do sol que se divisa aí. Esta praia embora que de rio conta com sede do Iate Clube da Paraíba e projeto de construção de Marina. Desponta pois como uma das áreas que mais apresentam potencialidades turísticas internacionais, tendo em vista que aí se instalou uma empresa de consertos náuticos, especializada em veleiros oceanicos, que tem nesta praia um porto de calma após a travessia do Atlântico. Portanto é bastante comum em Jacaré barcos onde tremulam bandeiras holandesa, francesa, inglesa, norueguesa e de diversas outras nacionalidades, além de vários barcos brasileiros de um ou de dois mastros.

A margem direita tem hoje também já na periferia de João Pessoa uma grande fazenda de Fazenda de Camarão com capacidade de produção e tecnologia empregada bem superiores aos viveiros de peixe aí existentes. é o projeto Aquamaris Aquacultura, localizado em Mandacaru com mais ou menos 200 ha de viveiros, produzindo em torno de 10 toneladas mensais de camarão nativo da região, porém com acompanhamento científico de todo o processo produtivo. é também nesta zona

de contacto com o urbano de João Pessoa que se apresentam sérios problemas ambientais, que serão analisados quando tratarmos da urbanização de João Pessoa.

#### 3.1.4. Dos Riscos às Necessidades de Conservação.

Os riscos existentes no Estuário são diretamente relacionados a uma possível extinção das potencialidades e capacidade de exploração dos recursos naturais em abundância.

Dentro deste quadro de evolução do estuário diversas formas de relação aí existentes, se apresentam muitas das vezes opostas e antagônicas. Sendo necessário um perfeito conhecimento da dinâmica, para melhor poder aproveitar as potencialidades biológicas e a diversidade dos recursos naturais. Portanto torna-se importante além do conhecimento, um conjunto de ações de manejo que visem a desenvolver o máximo possível as atividades que tenham como objetivo a produção de alimentos, sendo, portanto necessárias práticas bastante incisivas de controle da poluição, monitorando as fontes exógenas com bastante rigor, por se tratar das maiores contribuições destruidoras.

Destas fontes poluidoras de origem externa destacam-se duas com quantidades de aporte bastante significativa. Os esgotos domésticos, no caso das fontes urbanas e o vinhoto ou calda das destilarias de álcool, no caso das fontes

industriais. O esgotamento sanitário de João Pessoa, como os da maioria das cidades brasileiras, não apresentam sistemas de tratamento destes resíduos, quando muito como é o caso, possuem tanques de decantação, que é apenas a fase inicial de um processo de tratamento de esgoto. Quanto a fonte industrial, que é agroindustrial, seus efeitos sobre o estuário devem ser percebidos em uma perspectiva mais abrangente de dinâmica do meio. Isto por apresentarem-se uma série de fatores além de pura e simplesmente o despejo dos resíduos no corpo d'água, o que já é bastante significativo dado o seu volume.

Com o Pró-Alcool, este volume e também as demais transformações, cresceram em muito. Além das destilarias anexadas as usinas do vale do Paraíba duas outras de porte se instalaram, em bacia de formador do estuário, o rio da Guia, são as destilarias Jacuipe e Japungú, localizadas no município de Santa Rita em sua porção nordeste. Portanto o estuário do Paraíba recebe além destas duas destilarias isoladas o aporte de quatro destilarias anexas a usinas (Santana, São João, Santa Rita e Santa Helena esta última atualmente sem funcionar)

Todos estes riscos comprometem o brilho que as potencialidades biológicas dão a este estuário, não só a novas possibilidades empresariais, no caso das fazendas de Camarão ( as localizadas em Mandacaru e Livramento, já em funcionamento, e uma em instalação na ilha de Tiriri, do

Grupo Edson Queirós do Ceará), como as atividades de sobrevivência, que se apresentam para as populações como formas de alternativas a "aridez" da vida urbana. (65)

As necessidades de conservação fazem-se urgentes em função de manter a continuidade deste brilho, que é a possibilidade de utilização da grande quantidade de recursos que se apresenta, destacando no entanto a capacidade produtiva e suas condições de renovação. É importante pois que se controle a produção e se proteja a reprodução das espécies animais e vegetais, procurando com isto criar efetivamente uma consciência ecológica. Mas é muito mais emergente o controle das fontes exógenas de poluição já citadas, assim como a suspensão imediata de todo dematamento nas reservas ainda existentes nas nascentes de alguns dos formadores deste estuário.

Portanto percebe-se que de início torna-se fundamental que se trabalhe no sistema sanitário de João Pessoa e demais cidades que confrontam-se com os limites estuarinos. Além do sistema de esgotamento sanitário é prioritário um certo rigor nas ações poluidoras da produção alcooleira.

Bem mais do que as ações que possam conter estas duas fontes poluidoras, são necessários hoje para um uso mais racional dos recursos estuarinos. As pressões sobre o estuário diversificam-se com o crescimento urbano. O aterro, inicialmente das franjas dos mangues, e posteriormente em um avanço cada vez mais gradativo em

direção mangue à dentro, revela-se uma pressão significativa. Estas ações dão-se através de duas ordens principais, uma efetuada pelo próprio crescimento urbano com a escassez de espaço para a construção de moradia, são as favelas que localizam-se nestas áreas "invadidas", não a uma propriedade particular, mas ao mangue. Outra dá-se por ação efetiva de especuladores que interpretam o mangue como uma terra de ninguém que possibilita a concretização de lucros fáceis, pois ganha-se o território sem ter de pagar pela terra.

Estes fatores urbanos de ação nos limites do Estuário serão devidamente localizados no item seguinte quando tratarmos da urbanização de João Pessoa. Mas agora já nos servem para percebermos, ou termos a certeza da necessidade de realização de um plano de manejo para o estuário, integrado a uma análise do desenvolvimento urbano de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. E por oposição ou complementação, que o Planejamento Urbano de João Pessoa contemple em seu Plano Diretor, uma preocupação com sua integração com as áreas estuarinas, seja de forma direta ou de forma indireta pela ação da dinâmica estuarina, que abarca processos terrestres e processos aquáticos de ação fluvial e marítima.

A conservação do Estuário deve também tomar como parâmetro, o processo de sedimentação, bastante intenso pela sua própria estrutura, mas também com muita ação humana que nos leva a incluir como prioritário a necessidade de

monitorar toda a bacia do rio Paraíba em relação ao desmatamento e conseqüentemente ao assoreamento. Este controle deve ser efetuado nos rios formadores do estuário e nos seus afluentes, principalmente aqueles do baixo curso.

Destaca-se neste sentido as necessidades de ação efetiva por parte dos órgãos de controle ambiental, para as matas de Aldeia e Cravaçu. Ação efetiva de suspender a derrubada da mata, sem justificativa de não o poder fazer por conflitar-se com política prioritária do governo federal para a área energética

São portanto a uma primeira vista estas as necessidades de conservação que se fazem necessários, para a manutenção das potencialidades de exploração dos recursos que determinam o brilho desta região.

### 3.2 JOÃO PESSOA RISCO E ESPETACULO, Das Acácias ao Néon as Ações da Modernização Conservadora.

João Pessoa, apresenta os diversos fenômenos decorrentes das peculiaridades do processo de urbanização existente nas cidades do Terceiro Mundo. Grande crescimento populacional, carência de habitação, favelização, pobreza, miséria e demais problemas decorrentes do caos urbano que se instalou nestas cidades. Apresenta também as diversas ações provenientes da atuação do Estado nas diversas fases do urbanismo técnico-setorial, seja sanitarista ou monumentalista.

Mas em João Pessoa além das características das cidades da modernidade, das cidades do Terceiro Mundo e das ações de urbanização de influências distintas, que a aproxima de outros centros urbanos na manifestação de fenômenos assemelhados, existem certas características que lhe são peculiares, como por exemplo, a justaposição de três cidades distintas. Distintas em sua forma de apresentação espacial e distintas no processo e nas causas que são responsáveis por estas formas. Distintas também nos respectivos períodos de formação, pois são três épocas diferentes, a primeira delas considerando do final do século passado até a década de 60, a segunda correspondente a década de 70 e a terceira de 80 até nossos dias.



A primeira, que denominamos de "Tradicional" desenvolve-se entre as bacias do Paraíba e a do rio Jaguaribe, a segunda denominamos de "Além Jaguaribe", justamente por ultrapassar este rio em direção sul, sudeste e sudoeste. A terceira, mais recente e mais problemática denominamos de "João Pessoa dos Vales e Encostas".

Na João Pessoa "Tradicional", ou seja entre os vales do Paraíba e do Jaguaribe, (até há pouco Tambaú era distrito), encontramos na urbanização as manifestações dos distintos períodos do Planejamento Técnico Setorial, Sanitarista e Monumentalista. Em João Pessoa estas manifestações muitas das vezes ocorreram em períodos simultâneos.

O Sanitarismo é representado pelos projetos realizados pelo escritório do grande sanitarista brasileiro Saturnino de Brito. Os projetos de Saturnino no entanto nunca foram realizados em sua totalidade, mas eram bem projetados e utilizavam-se em muito dos vales existentes na rica malha fluvial na área urbana e seu entorno. Utilizar aqui no entanto não significa poluir ou degradar, isto porque os vales serviam para a rede de saneamento, apenas estruturalmente, como sustentação para seguimento da rede principal de coleta, possibilitando uma grande economia de energia, pois os dejetos escoam em sua maior extensão por gravidade. Isto por conta do sistema de esgotamento da cidade encontrar-se em sua maior parte encaixado na

topografia do terreno: nos vales e nas encostas. Além de encaixados na topografia os projetos manifestavam nitidamente a preocupação com o índice e a localização das residências. Tendo em vista que as técnicas do sanitarismo recomendavam que as edificações só deveriam ser concretizadas acima de determinadas cotas que permitissem o esgotamento através da rede existente.

Este princípio foi incorporado à administração municipal e consta no código de urbanismo do município em mais de um artigo. No entanto como veremos mais detalhadamente quando tratarmos da formação da João Pessoa dos Vale e Encostas, esta legislação não foi cumprida, e não foi cumprida de forma drástica e extremamente caótica.

Mas continuemos na demonstração da mais nítida manifestação do sanitarismo, que tomou conta de toda a superfície terrestre, do final do século dezenove ao início do século vinte, no planejamento urbano de João Pessoa. Esta preocupação sanitarista que tomou conta de toda a civilização ocidental foi em muito motivada pela ocorrência de doenças e epidemias de origem indicativa de insalubridades. Estas insalubridades foram provocadas pela urbanização crescente sem os devidos cuidados sanitários.

As preocupações em desenvolver um plano de saneamento para João Pessoa foram concretizadas inicialmente pela vontade do Presidente do Estado Dr João Suassuna, que em 1913 contratou o escritório do Dr Saturnino de Brito para

realizar estudos para a construção de um sistema de tratamento e coleta dos esgotos de João Pessoa, cidade que até o início do século não apresentava nenhum planejamento, tendo ruas tortuosas que já no século passado preocupavam o presidente da província Henrique de Beaurepaire Rohan.

Este projeto foi executado entre os anos de 1923 e 1925 nos governos de João Suassuna e Solon de Lucena, quando a população atingia o índice dos 30 000 ( trinta mil) habitantes, distribuída entre o rio Sanhauá (cidade antiga) e a Lagoa. O projeto de Saturnino teve como base para todo o planejamento o saneamento da Lagoa, com a função também de viabilizar a urbanização em direção leste.

Urbanização esta que apresentou dupla preocupação, a da racionalização e a do monumentalismo, que a partir daí passou a coincidir com o Sanitarismo nas preocupações dos governantes. Desenvolvendo inicialmente avenidas como a João Machado, Maximiano Figueredo e Trincheiras e praças como a da Independência, João Pessoa e o parque Solon de Lucena - na Lagoa e posteriormente avenidas como a Epiácio Pessoa em 1940, Ruy Carneiro na década de 60 e Beira-Rio e Tancredo Neves respectivamente nas décadas de 70 e 80.

Estas avenidas e praças são claros representantes do urbanismo estético-viário, que procura criar amplos espaços "destinados a manifestações cívicas burguesas (praças e grandes avenidas) e que abrigassem, no seu entorno e na perspectiva dos grandes eixos visuais criados, as

edificações de caráter monumental, sede de poderes governamentais e civis mais importantes.

É um urbanismo que usa a monumentalidade como expressão da força da classe burguesa dominante, retratada numa preocupação da ordenação do espaço urbano, através de uma rede de avenidas de grande porte, terminando em, ou entremeadas de, grandes praças e com um pano de fundo de edificações ordenadas.

Trata-se de um urbanismo estético-viário. O Barão Haussman, em Paris, é o seu maior expoente, e a "Étoile" (estrela) de avenidas tendo ao centro o Arco do triunfo, sua maior expressão.

Esse urbanismo estético-viário, nascido ao tempo das carruagens e dos bondes puxados a burro, no final do século XIX, será, na primeira metade do século XX, extremamente funcional para o surgimento e a implantação plena das cidades contemporâneas, dos veículos automotores: o bonde elétrico, os ônibus, os caminhões e os próprios automóveis." (66).

Esta monumentalidade representa o espetáculo criado com o urbano, na grandiosidade de suas obras, o saneamento pelas necessidades realmente criadas e os grandes espaços, além das necessidades, pelas formas de controle que possibilitam.

Portanto os planejamentos, projetos e realizações se sucederam na urbanização de João Pessoa. O sistema de saneamento teve ampliações projetadas em 1948 e 1968, os

Últimos realizados pelo escritório de Saturnino de Brito. Sendo que o de 1948, em nada foi concretizado, ficando a cidade de 1924 a 1968 com o mesmo dimensionamento do sistema, evidentemente estrangulado. O projeto de 1968 também não foi realizado em sua totalidade, mas no entanto sua concepção inicial foi replanejada duas vezes em função da ampliação do espaço urbano. Estes replanejamentos também foram concretizados apenas em parte. São os sistemas que servem ao conjunto Mangabeira e ao Distrito Industrial, realizados em 1978, mas hoje já totalmente ineficientes e sem manutenção.

A João Pessoa "Tradicional", expande-se, incorpora Cruz das Armas e Tambaú, mostrando os caminhos a seguir na urbanização, para sul e sudeste e para leste e nordeste.

São os anos setenta, e são também os tempos de manifestação de outra visão de urbanismo, de certa forma na linha do urbanismo culturalista, mas bastante tupinicanizado, por apresentar-se apenas em "conjuntos" destinados a baixa renda, que em si, já apresentam má qualidade e formas de controle, representando verdadeiros guetos. Alguns desses conjuntos representam em sua dimensão e forma, cidades sem infra-estrutura, e sem articulação administrativa coerente. Em João Pessoa só no conjunto Mangabeira, Valentina, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Professores, calculamos algo em torno de 200 000 (duzentos mil) habitantes.

Mas não são só estes os conjuntos construídos neste período e com estes problemas de má construção e integração ao espaço urbano. Foram muito mais: José Américo; João Agripino; Geisel; Esplanada; Indústrias; Castelo Branco; Altiplano; Anatólia; Agua Fria; Radialistas; Olavo Vanderley; Conjunto Nova República; Grotões; Presidente Médici; Cidade dos Funcionários; Costa e Silva; Ernâni Sátiro; José Vieira Diniz; Jardim Veneza; Cristo; Rangel; Ivan Bichara, Alto do Mateus e Vale Das Palmeiras (nas nascentes do Jaguaribe), além de muitos outros, que mesmo com as "crises econômicas do BNH" não param de ser construídos no cada vez menor espaço disponível do município de João Pessoa.

Os conjuntos, todos sem sistema de coleta de esgotos e alguns, como o Esplanada apresentando problemas daí decorrentes, bastante difíceis para o ambiente urbano. Este conjunto foi construído em terreno sobre uma das lagoas formadoras do rio Jaguaribe, o que faz com que os dejetos escoem pelas vias públicas impulsionados para cima pela baixíssima profundidade do lençol freático. Fazendo com que o rio Jaguaribe, tão protegido nos projetos de Saturnino e também na legislação municipal, já nasce hoje poluído. Isto, mesmo antes da violenta ocupação porque passou na década de 80, que consideramos característica de outro período de urbanização, o dos Vales e Encostas ou da Favelização.

Esta João Pessoa Além Jaguaribe, foi construída como a mais significativa transformação do espaço rural em urbano no território municipal. Esta transformação é bastante singular, representando uma reordenação bastante intensa, que se comparamos ao crescimento populacional pode-se inferir a imensa espacialidade que a cidade adquiriu, característica essa da urbanização brasileira desse período, seja em grandes cidades como São Paulo ou Recife ou ainda em médias cidades como é o nosso caso. Em menos de três décadas houve uma inversão na ocupação do espaço tipicamente urbano ou tipicamente rural. (ver quadro abaixo). Esta fase teve como fato propulsor a construção do contorno rodoviário de João Pessoa, na "carona da construção da Transamazônica" a qual diz-se que em Cabedelo encontra-se o km 0 (?), do Campus Universitário e também logo em seguida da construção do estádio de futebol "Almeidão" e do loteamento Cristo Redentor.

#### EVOLUÇÃO DA AREA URBANA DE JOÃO PESSOA

Ano	Área Urbana		Área Rural		Área Total	
	Valor Abs (km <sup>2</sup> )	(%)	Valor Abs (km <sup>2</sup> )	(%)	Valor Abs (km <sup>2</sup> )	(%)
1960	15	7,94	174	95,06	189	100
1970	39	20,60	150	79,40	189	100
1980	106	56,10	83	43,90	189	100

Fonte: PMJP/ 1983.

Esta transformação é bem a maneira do urbanismo culturalista agir, que muitas das vezes ainda encontra-se presente no processo de planejamento, aparentemente solucionando uns problemas, mas na verdade provocando a manutenção dos já existentes e criando outros. Isto porque: "Esse urbanismo culturalista, no entanto, não sabe lidar com as cidades existentes, a não ser via demolição de bairros inteiros ou até de cidades inteiras, vistas como irracionais e obsoletas.

Não é capaz de captar a lógica da desordem urbana, escondida por detrás do caos urbano, visível na deterioração ambiental; nas habitações miseráveis dos bairros pobres; na demolição e reconstrução das partes mais antigas, perdendo-se, com isso, a memória histórica; na falta crônica de uma infra estrutura adequada, especialmente de transportes, sempre congestionada em inúmeros pontos, etc; como resultado básico da busca de propostas pelos proprietários imobiliários de valorização produzida pelo esforço coletivo.

Como o urbanismo culturalista não é capaz de analisar e formular a lógica conflitante do desenvolvimento urbano, não consegue tampouco propor alternativas que não sejam aquelas que, supostamente, estariam acima dos interesses sociais em jogo: a mera reconstrução física do espaço." (67)

Este processo afirmou-se na década de 70, quando o governo federal vivia a fase áurea do BNH ( Banco Nacional



de Habitação) e o milagre econômico brasileiro, que tinha ambiciosa política habitacional. Foram construídos cada vez mais conjuntos, que por suas localizações muitas das vezes atendiam mais a valorização de determinadas propriedades rurais do que as necessidades de habitação. Construíram-se em realidade cidades em torno de uma outra, já existente, e o processo de crescimento cuidaria de unir todas elas.

A contradição contida neste processo, de certa forma monumentalista, (as imensidões não das grandes e belas avenidas e praças, mas da homogeneidade de construção de verdadeiras sub-habitações urbanizadas, como se fosse um imenso pombal humano, que retira toda manifestação de individualidade do cidadão ao construir o seu habitat), é já o prenúncio da nova fase por vir. Se esta "favelização urbanizada", a primeira vista transforma espaços rurais em espaços urbanos, propicia o mesclado bastante forte entre estes dois tipos de espaço, com a ocupação de função mista que se instala a partir daí, na periferia destas novas áreas urbanas e nos vales existentes em toda área urbana e em urbanização.

Descortina-se pois a terceira João Pessoa, a dos Vales e Encostas, que é hoje onde mais coexistem e se conflituam espaços rurais e espaços urbanos. Neste sentido o rio Jaguaribe ganha grande significado. Pois o mesmo passa a ser exemplar tanto na intensificação do uso rural (vacarias principalmente) como do urbano sem infra-estrutura, no caso

as favelas.

Ao passo que os vales e encostas da grande João Pessoa vão caracterizando-se por um espaço de uso misto, isto é nitidamente rururbano, mesmo que a menos de 1 km do centro da cidade, a João Pessoa/Além Jaguaribe, antigamente nitidamente rural é hoje transformada em um espaço de conjuntos, carecendo inclusive de áreas verdes, mesmo que seja a mais simples praça.

A ONU (Organização Mundial de Saúde) recomenda para as áreas urbanas um mínimo de 12 m<sup>2</sup>/hab de áreas verdes (isto no caso de praças e jardins) e João Pessoa apresenta, um índice de apenas 0,73 m<sup>2</sup>/hab, incluindo a área urbana tradicional, conhecida como Cidade Jardim, Cidade Verde, Cidade das Acácias, localizando-se aí portanto a quase totalidade das áreas verdes tratadas do município, ao passo que em áreas de urbanização recente, o que vemos é um total descaso com as áreas remanescentes de áreas verdes nativas e destinadas a urbanização seja como praças e até mesmo parques. (68)

Este processo favorece a rururbanização dos vales e encostas da rede de drenagem, de João Pessoa, pois não são mais ocupados apenas pelos migrantes do interior do estado, mas sim também por aqueles que foram obrigados a mudar, das áreas antes rurais em torno da cidade. Estas pessoas procuram estes espaços de vales, por lhes possibilitar manter os hábitos rurais, de criação e plantação, além de minorar as dificuldades urbanas, de abastecimento d'água e

aparentemente de saneamento.

Estes vales e encostas, associados as terras além Jaguaribe que ainda não foram ocupadas pelas construções urbanas caracterizam claramente áreas de natureza periurbana, isto porque "...la concepción del periurbano como interfase entre la ciudad y el campo, o entre el sistema urbano y el intercambio expresados por flujos de energía, de materiales o de organismos que se localizan en una franja transicional caracterizada como un área de reserva urbana y cinturón verde".(69) Estas áreas caracterizam-se por uma estrutura voltada para a cidade, existindo em função dela, onde encontramos atividades as mais diversificadas, o que representa a composição de uma paisagem própria, na qual "... encontramos loteos recientes para sectores populares, actividades agrícolas intensivas, terrenos baldíos, barrios-parque, clubes de campo, hornos de ladrillo, canteras de tierra, parcelas rurales sin usos productivos que se suceden, yustaponen y articulan según procesos y mecanismos particulares para dar lugar a una forma espacial compleja, diferente de la ciudad y el suburbio, y de los territorios rurales vecinos... Lo constitutivo y particular de este territorio es aquello que tiene de carácter transicional entre los fenómenos propios de lo rural y de lo urbano...Reservamos para este significado los siguientes términos: rururbano, rural-urbano, rurbano, interfase ciudad-campo y ecotono urbano rural" (70)

O importante destas definições ou conceituações é a caracterização de que estas áreas representam um avanço da cidade sobre territórios anteriormente nitidamente rurais, e que hoje vivem em função desta. No caso de João Pessoa podemos afirmar que a inversão verificada entre área rural em urbana, torna-se maior ainda ao considerar-mos que hoje os menos de 40% de áreas rurais incluem em um grande percentual estas áreas não mais rurais e ainda não urbanas. Estão elas associadas, além de aos vales e encostas as periferias dos conjuntos habitacionais que foram construídos na Além Jaguaribe nos anos 70 e 80.

Os hábitos e as atividades primárias são bons identificadores destas áreas. Neste sentido a utilização ainda significativa na cidade, de transportes traçados a animais equinos e muares revela-se um indicador de peso, na identificação das mesmas, uma vez que os animais necessitam de tratamentos que aqui só existem em áreas tradicionalmente rurais, ao passo que o mercado de utilização destes transportes encontra-se em quase que sua totalidade nas atividades urbanas. Portanto se observarmos as localizações de maior concentração de carroças em João Pessoa veremos pois uma nítida associação aos vales e as áreas de expansão pós 70, ou seja a João Pessoa Além Jaguaribe. Em uma identificação de que também as favelas e os próprios conjuntos tem muito de periurbano. (71)

As áreas anteriormente de uso rural na "Além Jaguaribe"

que não foram utilizadas ainda com a construção de conjuntos habitacionais, estão em pleno processo de especulação imobiliária, em vários estágios diferentes de concretização da especulação, algumas já loteadas outras não. Algumas desenvolvendo ainda atividades rurais, mas sem muito incremento e poderemos mesmo afirmar, falta de vontade de assim o fazer, para não atrair muita atenção para estas terras. Na realidade estas áreas caracterizam-se como uma zona de especulação, principalmente após o Projeto Costa do Sol. São elas particulares e estatais, estas últimas em boa quantidade.

Estas terras estatais são representadas pelos grandes vazios do litoral sul do município, correspondentes a área destinada ao Projeto Costa do Sol, em sua porção mais leste, entre os rios Cabelo e Cuiá e pelas terras pertencentes aos presídios aí localizados, os de pena máxima e média. (72)

Existe ainda um grande vazio correspondente ao Parque Estadual do Cabo Branco, criado em 13 de 5 de 1982 pelo decreto 9.182 assinado pelo governador Tarcísio Burití, com uma área de 379,3 ha. (73). Portanto toda esta área compreendida entre os vales do Cuiá, do Timbó, da Praia do Cabo Branco e dos conjuntos Mangabeira, representam, os maiores vazios contínuos do território municipal. Mas à despeito das chamadas áreas de "preservação permanente", a proximidade das praias do Cabo Branco, Seixas, Penha, Arraial e Jacarapé, além da futura concretização definitiva

do Projeto Costa do Sol, faz com que estas sejam também as terras de maior valorização no processo de especulação, proporcionado pela modernização conservadora que se instala no território municipal.

Nos últimos anos, principalmente no final da década de 80 e nos dois primeiros da década de 90, uma parte da João Pessoa Tradicional, que historicamente era utilizada mais como "vila de Veraneio" revela-se na grande área de expansão do início da década, é a hoje transformada e modernizada "orla marítima".(74)

Iniciada sua ocupação na primeira metade da década de 70 à partir do estreito espaço entre o mar e as falésias do Cabo Branco, hoje é crescente em sua intensidade de edificações ao alargar-se o terraço em direção norte, ocupando cada vez mais a amplitude da baixada que conjuntamente com a restinga de Cabedelo, representam os espaços a serem preenchidos com a João Pessoa das Luzes e dos Brilhos. São as luzes de néon e de cobre das praias de Tambáú, Manaira, Bessa e Via Litorânea.

Esta intensidade na ocupação, aumentou em muito à partir da construção da via Litorânea, que valorizando os terrenos provocou uma intensidade nas construções em toda a porção norte do município de João Pessoa, já quase praticamente conurbado em sua linha de costa com Cabedelo, através dos seus bairros de Intermares, do Poço e de Camboinha.

Mas conjuntamente com os brilhos das festas quase que permanentes do "maior verão do mundo", a impossibilidade de não poder banhar-se em algumas das praias de João Pessoa é uma constante neste processo de urbanização.

O surgimento desta urbanização acelerada após os primeiros anos da década de 80 em toda a costa do município, serviu para cada vez mais acentuar a discriminação da João Pessoa Além Jaguaribe e a João Pessoa dos Vales e Encostas na distribuição das obras públicas pela totalidade da zona urbana, em detrimento da nova João Pessoa que descortina-se neste final de século e lumiar do próximo. É portanto a João Pessoa do Século XXI, a do Néon, que procura esconder na passagem do Tradicional para o Moderno, a contradição contida nas duas "outras" cidades analisadas. Uma é das Acácias a outra, das luzes, dos brilhos das festas e do verão, ambas representam no entanto cada vez mais as formas de manutenção da pobreza e da miséria sempre presente nas outras duas.

O sentimento presente em muitos destes conjuntos e favelas é o de se habitar uma outra cidade, e não em João Pessoa seja a tradicional ou a da modernidade. Neste sentido o Centro passa realmente a adquirir o seu papel de polarização no fluxo de vários serviços e as praias urbanas na manutenção do fetiche de liberdade, agora disciplinada através das atividades de lazer.

Como principal conflito a ser considerado por nós neste

processo de urbanização, destacamos o relativo a busca de lazer nas praias, que cada vez mais restringem-se a festas e bebedeiras pois as praias (cada vez mais uma), ficam interdidadas para banho por conterem índices excessivos de coliformes fecais. Isto em alguns casos pelo mal dimensionamento do sistema de coleta e tratamento de esgotos, em outros pela não concretização dos processos ditos de tratamento e portanto mal funcionamento (ou não funcionamento) do sistema. Isto representa uma autofagia básica no processo de Litoralização, pois ao adensar-se a ocupação da orla marítima e da própria cidade em toda sua sua dimensão, proporciona-se a impossibilidade de utilização em sua maior abrangência ou mesmo em sua motivação inicial de lazer e aparentemente de liberdade.

É necessário para o entendimento deste risco, proveniente da urbanização direcionada por uma modernização conservadora, que nos detenhamos um pouco mais na análise do sistema de esgotamento sanitário de toda a João Pessoa, seja nos três períodos pré-década de 90 ou na modernizada expansão da "orla" deste final de século.

Precisamos compreender como o sistema funciona e não apenas, sua já citada evolução histórica, seus projetos concretizados ou não. Para isto também faremos a divisão da cidade conforme suas realidades distintas, que também o são em relação ao sistema de tratamento de esgotos.

Mas antes de entrarmos no entendimento do sistema



existente, necessitamos ter um pouco mais de elementos sobre a situação do saneamento básico no Brasil.

O Brasil apresenta situação mais ou menos homogênea quanto aos sistemas de saneamento básico, infelizmente em uma homogeneidade que caracteriza-se pela ineficiência do existente e principalmente pelo alto percentual de não atendimento da população urbana, ao passo que a rural em nada é atendida. O índice de atendimento é de menos de 35% em média, isto para dados do início da década de 80, antes portanto do período de maior favelização.

João Pessoa encontra-se dentro desses parâmetros o que não é nada alentador do ponto de vista das necessidades básicas de controle sanitário uma vez que nesta situação os centros urbanos apresentam em sua própria existência um risco permanente, no que tange ao aspecto epidemiológico ou endêmico. Os riscos principalmente para as populações de baixa renda são constantes. Em muitas das vezes as fontes de abastecimento d'água para serviços domésticos gerais ou mesmo ainda para beber são os mesmos depositários dos dejetos domésticos, sejam córregos, rios ou ainda o lençol freático.

Existem ainda dois dados fundamentais que precisam ser postos para a análise do sistema de esgotamento sanitário em todo o país. Primeiro, "...é necessário apenas verificar na distribuição dos espaços urbanos onde, ou melhor, em que espaços localizam-se estes 35% da rede de coleta das

idades, relacionadas com as condições financeiras dos seus usuários." Segundo, que os projetos para a implantação de esgotos são sempre underground e "...de acordo com a tradução do termo, "subterrâneo, masmorra, túnel, secreto, oculto", percebemos dois sentidos o de por baixo da terra e o de oculto, escondido, é aí que os dois se unem, nos grandes projetos ocultos subterrâneos, eles os seus executores ocultam os desvios e desmandos com as finanças públicas."(75)

No entanto podemos afirmar que João Pessoa apresenta estes dois problemas como uma decorrência da implantação da João Pessoa Além Jaguaribe (a dos Conjuntos) e a João Pessoa dos Vales e Encostas (a das favelas), lembrando que a João Pessoa que apresentava 40% de suas residências ligadas a rede de esgotos corresponde apenas a existente até a primeira metade da década de 70, não estando computados aí todos os conjuntos da João Pessoa Além Jaguaribe nem as mais de 220 favelas da João Pessoa dos Vales e Encostas.

Trataremos primeiro de expor o funcionamento do sistema de esgotos da João Pessoa Tradicional, englobando a sua nova faceta, a da modernidade, produto da expansão sempre crescente e nunca ordenada das baixadas litorâneas. Mas antes necessitaremos de alguns dados à respeito da situação da rede de esgotos em todo espaço urbano de João Pessoa.

A rede de esgoto de toda a João Pessoa apresenta dois sistemas distintos, um correspondente a João Pessoa

Tradicional (mais Tambaú) e o outro ao início de um sistema de tratamento para a João Pessoa dos Conjuntos, o sistema de Mangabeira. Ambos compõe-se apenas de um sistema de coleta, com redes coletoras primárias e gerais, estações elevatórias, usinas elevatórias, emissários e tanques de acumulação e no caso do sistema de Mangabeira tanques de aeração.

Portanto em ambos os casos os dejetos são depositados na natureza, "in natura" transformando os corpos receptores diretos em verdadeiros canais de esgoto a céu aberto e não mais rios. Fatos constatados para a Camboa Tambiá Grande e o próprio rio Tambiá em boa parte do seu curso, afetados pelos dejetos do sistema de toda João Pessoa Tradicional. E para o rio Laranjeiras em seu baixo curso e o rio Cuiá, a apenas 5 km de sua foz na praia do Arraial, e por ironia nos limites sul do projeto Costa do Sol, fato que por si só já representa objetivos conflitantes em processos de planejamento.

O projeto do sistema de Esgotos Sanitários de João Pessoa elaborado por Saturnino de Brito em 1913 e implantado na década de 20 abrangeu " a zona comercial, à margem do rio Sanhauá, o centro da cidade, incluindo o parque Solon de Lucena até o início do bairro da Torre e parte do bairro de Jaguaribe. São 50 km de rede coletora e uma única elevatória, que encaminha pelo emissário "0" para os

Tanques de detenção.

O projeto elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito, em 1968, abrangeu as demais partes da cidade na época, tendo sido ampliado em 1973, em termos de área esgotável, segundo projeto de ampliação da SOPLASA Ltda. As obras foram executadas entre 1974 e 1979 e os esgotos coletados são lançados "in natura" na Camboa Tambiá Grande que se liga diretamente ao estuário do rio Paraíba

O sistema concebido e executado compreende inicialmente dois coletores gerais CG2 e CG3 que interceptam os esgotos da bacia do rio Jaguaribe, sendo que o CG2 recebe as contribuições provenientes dos bairros de Cruz das Armas, Oitizeiro, Varjão, Jaguaribe, Torre e através de sifão os conjuntos Castelo Branco II e III.

O CG3 recebe as contribuições de Tambaúzinho, Miramar, Tambaú, Cabo branco, parte de Santa Júlia e através de sifão e a elevatória E37A, o conjunto Castelo Branco I e a cidade Universitária.

Estes dois coletores são reunidos na usina elevatória numero 1 (USI) onde são revertidos para a bacia do rio Paraíba através do CG2A que recebe as contribuições dos bairros da Torre, Expedicionários, dos Estados, Conjunto Pedro Gondim (através da elevatória E22) e mandacaru.

Os esgotos dos bairros de Tambaú e Cabo Branco são encaminhados para o CG3 através das elevatórias E47A, E47, E46, E43, E41, E40 que lançam pela rede coletora no coletor

geral CG4 atingindo através deste a usina elevatória numero 2 (US II), que promove a reversão para o CG3.

O restante da área é atendida pelo CG1 que intercepta as contribuições dos Bairros Jardim 13 de Maio e Roger encaminhando-as para o emissário I que por sua vez se reúne com o emissário II (recebe o CG2A) e vão ter aos tanques de acumulação e descarga."(76)

Portanto se observarmos bem este sistema de coleta é bem elaborado, restando no entanto completá-lo, inicialmente quanto as residências aos mesmos interligadas, só desta João Pessoa Tradicional 60% não estão ligadas à rede coletora e posteriormente na realização de uma estação de tratamento, tendo em vista sua necessidade por o corpo receptor já encontrar-se nos limites de sua capacidade autodepurativa.

Isto no que tange a João Pessoa Tradicional pois no relativo a João Pessoa dos Vales e Encostas a situação se complica tanto para as favelas, nas dificuldades de solução do problema sanitário quanto para o sistema em si pois a ocorrência destas habitações abaixo das cotas das redes coletoras fazem com que o sistema inviabilize-se em sua eficiência. é aí que as soluções discriminatórias espacialmente provocam os conflitos entre as "três João Pessoa", umas impossibilitando as outras assim como também inviabilizando os objetivos modernizadores desta João Pessoa de fim de século.

Este sistema apoia-se na rede de drenagem existente na

malha urbana, tendo como base de desenvolvimento o rio Jaguaribe e como corpo receptor o estuário do rio Paraíba. Os dois grandes coletores o CG2 e o CG3 encontram-se localizados na meia encosta esquerda do rio Jaguaribe, sendo que em sentido de fluxo opostos, convergindo para a USI, que teoricamente eleva os dejetos para o coletor geral 2A, que na mesma direção do coletor geral 1, atingem os tanques de acumulação do "S" no Baixo Roger através dos emissários 0, I, II e IIA.

Mas se atentarmos bem, é no bem bolado aproveitamento da rede de drenagem como base do sistema de coleta, funcionando em grande parte por gravidade, que encontra-se também a motivação técnica do seu mau funcionamento. Isto porque como vimos existe uma grande quantidade de estações elevatórias e usinas de elevação, que faz portanto premente a necessidade da utilização de energia para bombeamento nas linhas de recalque de transporte dos esgotos. É justamente nestes pontos onde se faz necessário a utilização de bombas que o sistema apresenta os seus primeiros pontos de estrangulamento. As dificuldades nas bombas, falta de energia elétrica, ou o não funcionamento dos motores/geradores de reserva, fazem com que estas estações elevatórias sejam em realidade, pontos de despejo dos esgotos nos corpos d'água próximos, que não tem capacidade autodepurativa.

Durante todo o período de monitoramento ( 1989,1990 e

1991) constatamos este não funcionamento satisfatório para várias estações de elevação, inclusive para a USI e USII e a EEII, principal estação elevatória do sistema Mangabeira. Isto faz com que aumentem os pontos de aporte de material não tratado, portanto de poluição, no caso, dois no rio Jaguaribe e um no rio Laranjeiras, próximo a sua foz no rio Cuiá.

Portanto ao se pensar a urbanização de João Pessoa em suas distintas facetas, torna-se necessário conhecer e caracterizar suas bacias, para melhor compreender e planejar a urbanização dos espaços das tres João Pessoa, seja em suas características rurais, urbanas ou periurbanas.

A área urbanizada e em urbanização apresenta uma rede hídrica com 12 bacias principais:

Paraíba; Gramame; Jaguaribe; Cuiá (ou Paratibe); Sanhauá (afluente do Paraíba); Tambiá (afluente do Paraíba) Mandacarú (afluente do paraiba) Timbó (afluente do Jaguaribe) Laranjeiras (afluente do Cuiá); Do Meio (afluente do Sanhauá); Paroeira (afluente do paraiba) Tibiri (afluente do Paroeira ) e Marés (afluente do Sanhauá). E ainda umas bacias menores mas também importantes por terem seu curso desaguardo diretamente no Atlântico são eles Magro, Jacarapé, Aratu, Cabelo e o antigo baixo curso do rio Jaguaribe, que serve de limite do município de Cabedelo e João Pessoa.

No estudo destas bacias alguns afluentes ou mesmos

riachos formadores, tem papel significativo por representarem aportes de poluição, seja simplesmente pela existência em todos de atividades rururbanas sem nenhum controle sanitário, vacarias principalmente ( a bacia do rio Jaguaribe chega a produzir mais de 2000 litros de leite diários), ou por estes vales representarem também fontes de "vazamento" das estações de elevação da rede de esgoto, e em alguns, receptáculos de lixo hospitalar.

É necessário pois um monitoramento permanente de todas estas bacias, principalmente quanto ao uso dos corpos d'água, mas também de suas encostas e mesmo divisores de bacias, assim como um monitoramento rigoroso no funcionamento do sistema coletor de esgotos. É indiscutível portanto que estes vales tem de ser considerados na dinâmica dos recursos naturais, mas tem muito mais de serem levados em conta nas relações com o urbano, principalmente por aí se conflitarem os usos rururbanos e os urbanos marginalizados da João Pessoa das Favelas.

Com o sistema de Saneamento da João Pessoa Tradicional, compromete-se vários rios da grande João Pessoa e de suas bacias principais, mas vários outros são comprometidos pela pouca abrangência da rede coletora, e outros ainda por despejos diretos dos esgotos existentes na João Pessoa Além Jaguaribe, o sistema Mangabeira, que tem no Laranjeiras a repetição da função do Jaguaribe para a rede tradicional e no Cuiá as funções do Paraíba sem no entanto



apresentar as suas capacidades autodepurativas.

O sistema de Mangabeira apresenta dois coletores principais e tres estações de elevação, além dos tanques de acumulação e aeração, denominados pela população local de piscinas. São esgotos diretos e "in natura", no rio Laranjeiras e Cuiá, que não apresentam mais das fontes de aportes de esgotos até o oceano capacidade de recuperação do corpo d'água, representando um mau uso destes rios em seus baixos cursos.

A ocupação da bacia do Laranjeiras transformou rapidamente, o uso que há poucos anos lhes destinou os poderes públicos, com o loteamento de pequenas granjas com o fim de aproveitar o potencial hidrico em atividades hortifrutigranjeiras. O médio e o baixo curso apresentam ainda estas funções, conflitantes com o lixo urbano e com o já citado sistema de esgoto. Mas nas áreas compreendidas entre suas nascentes e o médio curso, nas proximidades da avenida Prof. Buriti, este uso já foi quase que totalmente extinto, substituído por residências de auto luxo, que caracterizam-se como "Country Chic" uma vez que procuram manter aspectos paisagísticos das atividades rurais anteriores.

Estas áreas com "novas" possibilidades de criar estilos rurais esnobes no perimetro urbano, estão proliferando e concorrendo com as favelas na ocupação dos espaços dos vales, representando no entanto uma e outra, uma privatização

de áreas que deviam necessariamente destinar-se exclusivamente ao uso coletivo. Não significando no entanto que devam, por serem públicas, ser abandonados a nenhuma ação do Estado, e nem tampouco a nenhum uso do seu espaço. Algumas cidades Brasileiras a exemplo de Salvador, utilizaram-se também, de significativa rede de drenagem para comporem uma malha de circulação automotiva mais rápida, são as avenidas de vales, que em uma situação adversa procuram reproduzir em Salvador os efeitos da construção dos Boulevares na Paris do monumentalista Barão Haussman.

Uma coisa é certa, hoje em dia temos cada vez mais a certeza da necessária utilização dos recursos naturais, mesmo que seja controlado e restrito, sendo assim a única forma de conservá-los, pois pode-se monitorar o seu uso, o que não acontece quando tenta-se impedir radicalmente sua utilização em função de uma necessária "preservação". Isto está ocorrendo em João Pessoa, com áreas de extrema importância, seus vales e suas áreas verdes ainda remanecentes. É necessário que tome-se medidas ainda nesta fase de ocupação para que as favelas neste resto de século não cresçam na mesma proporção que nesta última década, pois só assim já seriam mais de 500. É fundamental que se dê um uso as áreas verdes, podendo as mesmas serem transformadas em parques e os vales em vias de circulação ou zoneados para utilização de funções rururbanas monitoradas.

Isto deve ser feito principalmente para os vales, em especial para os do Jaguaribe, Timbó, Laranjeiras e Cuiá e quanto as áreas verdes, para a mata do Buraquinho, reserva intraurbana de quase 500 ha que está sendo destruída continuamente e para o altiplano do Cabo Branco e a área próxima aos dois presídios de Mangabeira, correspondente as terras da antiga Colônia Penal.

Acreditamos que para um entendimento satisfatório do sistema de saneamento de toda João Pessoa e de como o mesmo é conflitante com o processo de crescimento acelerado da modernidade, que se revela mais forte na orla marítima, devemos falar um pouco sobre este processo de ocupação antes de expor, seu atual sistema, e as propostas para um sistema futuro e principalmente a saturação autofágica já presente nas praias mais urbanas: Cabo Branco; Tambaú e Manaira.

A década de 70 não foi pródiga apenas no crescimento dos conjuntos, a baixada litorânea cresce muito rápido e deixa progressivamente de ser lugar de segunda moradia, para ser ocupada por residências fixas. Esta ocupação apresenta vários fatores causadores, mas sem dúvida destaca-se o crescimento da Universidade Federal da Paraíba, nesta década com a vinda de muitos professores estrangeiros e de outros estados. Deslumbraram-se com a ainda fácil possibilidade de morar em "uma praia", é evidente que não foram apenas os funcionários da Universidade que ocuparam os bairros das praias urbanas. Mas contribuíram em muito para a

mudança cultural, de estas praias não mais serem caracterizadas apenas como "de veraneio", função esta hoje transposta para a "praia do poder", Camboinha em Cabedelo.

O crescimento inicial existente nestas tres praias levou o Estado a investir na rede de coleta do sistema de esgotamento para as mesmas, o famoso "Projeto Cura" dos anos 80. Que pelas baixas altitudes da planície litorânea, em média de 5 a 8 m, tornou necessário em toda a rêde, a existência de recalques bombeados por sucessivas estações de elevação, que em cadeia empurram os esgotos até a USII, as margens do Jaguaribe. Isto como já o dissemos compromete o equilíbrio biológico deste rio, principalmente provocado pelo mau, ou não funcionamento das usinas de elevação.

Mas o problema principal para estas praias é o excedente de edificações após o dimensionamento deste sistema, que inviabilizou a Grande preocupação dos planejadores em não poluir as praias e o mar ao ligar toda esta parte da baixada ao sistema tradicional. O grande adensamento populacional e de edificações, principalmente de prédios de vários andares, não ligados a rede de coleta dos esgotos, levou construtores a irresponsavelmente ligar os esgotos de suas construções a rede de drenagem de águas pluviais, estas sim direcionadas para o mar, fazendo com que praias nobres tenham hoje seu uso na maior parte do ano inviabilizadas de serem utilizadas para o banho pelo alto índice de coliformes fecais. Isto ocorre principalmente na área

central em torno do hotel Tambaú, que foi construído para ser praticamente cercado de águas e hoje em muitos dias do ano, o é de esgotos.

Portanto para despoluir estas praias ou retardar seu processo de autofagia, é necessário investir muito no sistema de coleta de esgotos e verificar cadastralmente e no campo, as residências que não são ligadas ao sistema e possibilitar a todas que o sejam, aumentando portanto a rede de coleta do sistema tradicional.

Com a expansão do Bessa, e de Intermares, Poço e Camboinha em Cabedelo precisa-se construir um outro sistema, que não polua as praias e seja completo, contando com estação de tratamento, para que não se ultrapasse a capacidade autodepurativa do rio Paraíba, mesmo com a força das marés.

Mas muito mais do que a construção de um sistema deste, com projeto já pronto e verbas em vias de captação, é o controle das edificações neste período de expansão, para evitar que se comprometa a rede de drenagem pluvial com ligações clandestinas que indiscutivelmente, se assim ocorrer, inviabilizarão as praias recém urbanizadas com a via litorânea, Bessa e Intermares, assim como as demais da restinga de Cabedelo.

João Pessoa em toda sua dimensão deve ser considerada em sua própria contradição espacial, que tem na ocupação de compartimentos espaciais distintos, a indicação de caminhos

ao seu zoneamento e monitoramento, que procure acompanhar a evolução urbana no bojo de suas transformações. Zoneando inicialmente as bacias, com todos seus vales formadores que cada vez mais ganham importância por suas ocupações, extremamente rápidas, a exemplo dos vales dos riachos da periferia norte, formadores do Tambiá e do Mandacarú.

Após o zoneamento dos vales, associados a compartimentação das distintas cidades existentes nestes diferentes períodos de urbanização deve-se caracterizar os hábitos, necessidades e possibilidades contidas nas cidades distintas e as integrações feitas entre as mesmas pelos elementos que as integram, os vales.

E como vimos, é indiscutível, que o problema central na consumação da autofagia é o do saneamento que inviabiliza o presente e o futuro, portanto o estudo destas bacias e destas distintas cidades, deve ser pensado em função da eficiência deste sistema, para que elimine-se o risco e ordene-se o espetáculo da urbanização.

## CONCLUSÃO

Afirmamos que a relação Sociedade/Natureza é dialética e que as relações espaciais, ou sociais no espaço, representam um universo cujos valores são determinados pelo lugar no tempo, que ocupam as pessoas que vivem essas relações espaciais. O lugar no tempo por sua vez é determinado pela divisão social do trabalho, que permite a vivência de tempos diferentes num mesmo espaço de relações. No entanto os tempos diferenciados, vividos pelas pessoas que se relacionam, não refletem o estágio de tempo, vivido pela maioria. Há que existir um tempo vivido comum, com os mesmos valores para que as relações com tempos diferentes possam constituir novidade, modernismos. Pois assim é que avança o processo de relações espaciais.

Neste sentido a perspectiva de liberdade corresponde a uma alienação determinada pela sociedade na divisão do trabalho. Isto por a massa marítima do território ao corresponder a uma faixa espacial, livre, aparentemente sem proprietário, ser um determinante da manutenção da falsa idéia de que se rompe com a propriedade do território ao se entrar para o mar (no trabalho), ou para sua contiguidade (na beira mar e proximidades).

O litoral como lazer alimenta as fontes de inovações espaciais, uma vez que o lazer se torna necessário como mercadoria de consumo e como, "supostamente", repositivo de energias num sentido fisiológico e social.

A indústria e principalmente (nos últimos tempos) a indústria turística, são portadoras de inovações que se fazem pelo relacionamento desigual, no sentido social, de tempos desiguais num mesmo espaço. Estas inovações tecnológicas provocadas pela modernidade rompem estes tempos desiguais, que ao destruir, desmontar, trazem toda a realidade dos riscos da vida moderna. Estes riscos pressupõem a existência de planejamentos que procurem atenuar seus efeitos. E neste sentido constatamos que no cotidiano do litoral, a gerência da natureza pelo Estado, aparentemente não se faz presente.

A passagem proporcionada pela modernização das comunidades litorâneas, de uma economia e organização social mais primitiva para uma economia mais "desenvolvida" rompe esta aparência de harmonia espacial em tempos distintos e instaura uma lógica de um só tempo, lógica dos riscos, da destruição.

Existe portanto uma cultura nativa, aparentemente calcada no primitivo, que está sendo destruída e que necessita ser preservada, não numa perspectiva idealista, mas por representar conhecimentos e técnicas de



relacionamento social e com o mar que foram construídas ao longo de muitos anos, além de significar uma forma, mesmo que aparente de liberdade.

No litoral estudado esta contradição revela-se significativamente, na autodestruição ou autofagia das praias, assim como na relação antagônica incessante entre o crescimento urbano de João Pessoa e o uso do Estuário do Rio Paraíba.

A autofagia das praias revela-se como um elemento presente em sua própria busca. Cada vez se vai mais longe atraído por uma natureza não poluída, mas neste ato de busca carrega-se o elemento motor da poluição, o adensamento populacional e a modernidade. É neste sentido que enquadrámos o crescimento de cidades e vilas do litoral do estado da Paraíba, principalmente quanto a sua função de veraneio, originando como já o dissemos ruas ou até vilas inteiramente fantasmas em dias e épocas que não de veraneio. Constata-se isto já com a Prainha em Baía da Traição e grandes áreas de Lucena e Pitimbú, além de ocorrer integralmente nas Praias de Campina (Rio Tinto) e de Jacumã (Conde).

Quanto ao antagonismo entre o crescimento de João Pessoa e o uso do Estuário do Rio Paraíba, este se dá na medida que a cidade se distancia do estuário pelo seu próprio processo de crescimento. A integração vivida antigamente, na época das navegações de cabotagem e de afirmação do Porto

do Capim, que servia intensamente para nos trazer (a João Pessoa) os produtos agrícolas de todas as porções de terras existentes em tórno do Estuário do Paraíba não mais existe, agora a relação prioritária é inversa, ou seja maior da cidade para o estuário, só que não de recursos naturais mas de degradação, poluição, representados pelo lixão (depósito de lixo do Roger) e pelo sistema de esgotamento sanitário.

Mas a conclusão maior dá-se com a certeza de que o processo de litoralização ainda é bastante intenso e crescente, fazendo com que a ampliação desta zona seja frequente e ultrapasse sempre a zona litoral dos conceitos físicos. Reforçamos portanto que Litoralização representa um conjunto de relações que amplia a própria concepção de Litoral.

## NOTAS

- (1) MARX, Karl "O Capital", Livro 1, vol.1, p. Civilização Brasileira
- (2) MARX, Karl " O capital", Livro 1: O Processo de Produção Capitalista, Vol.1, p.202. Edições Civilização Brasileira.
- (3) Marx, Op.Cit. p.201
- (4) Shirokov, M " Tratado Sistemático de Filosofia", p.158 Edições Fuente Cultural, México, 1941.
- (5) Shirokov, Op.Cit. P.159
- (6) Marx, "O Manifesto Comunista"
- (7) Foot Hardman " Trem Fantasma (Espetáculos na transição à Modernidade) "
- (8) Lagadec, Patric " La civilization du Risque - catastrophes Technologiques et responsabilité sociale". Senil
- (9) Lagadec, Op.Cit
- (10) Corbin, Alain " O Território do Vazio, A Praia e o Imaginário Ocidental "
- (11) Tristan in Corbin Op.Cit
- (12) A praia e o mar representam uma ruptura na propriedade direta do território. A propriedade existe, mas de outra forma, existe no conhecimento da produtividade do mar, dos seus pescadores, portanto de uma cultura do mar, que poucos detém, e existe mais modernamente na posse de recursos técnicos de produção. A aparente igualdade que existe entre os

homens nas praias, reforça a idéia de liberdade que flui da não existência de propriedade.

- (13) Diegues, Antonio Carlos
- (14) Dicionário AURÉLIO
- (15) José Cornélio da Silva é o primeiro a chamar a atenção para a real extensão do litoral quando em seu trabalho Pesca Artesanal no Litoral Norte da Paraíba, afirma: "aproximadamente com 125 km em seu perímetro envolvente e cerca de 150 km de extensão real, alonga-se da margem direita da foz do rio Guaju, nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte à Ponta de Mato em Cabedelo, no sentido sul-sudeste(SSE) e daí ao pontal norte do rio Goiana, inflêto na direção, aproximadamente, sul até Pontinhas, na margem esquerda da foz do rio Goiana, fronteira com o estado de Pernambuco." É portanto um conceito que considera tanto a forma da costa como as áreas estuarinas.
- (16) A família Lundgren representa muito no processo de organização do litoral do Estado da Paraíba. Suas terras dominam todo o litoral sul e norte onde fundaram a cidade de Rio Tinto e aí instalaram uma indústria têxtil. Mas no que eles mais se revelaram foi em papas léguas, ou seja abocanharam léguas e léguas de terras transformando-se enquanto grupo, no maior latifundiário do litoral.
- (17) No litoral nordestino (entenda-se extremo nordeste) a porção mais elitizada é a costa norte do estado de Pernambuco de Olinda, Maria Farinha até a ilha de Itamaracá, inclusive. Nestas áreas os negócios são feitos em dólares e sempre milhares ou milhões. Vem se desenvolvendo muito, com grandes desenvolvimentos a costa que liga o Recife a Maceió, denominada de Costa Dourada e forte concorrente do Projeto Costa do Sol(PB) na captação de recursos financeiros federais.
- (18) A denominação de zona da mata, vem de há muito sendo questionada pelo próprio processo de ocupação como podemos verificar em Mario Lacerda de Melo: "Antes de sua ocupação agrícola, era essa área extensivamente coberta por esse tipo de floresta, o que lhe valeu o

nome de "zona da Mata". Atualmente depois de quatro séculos de agricultura canavieira, as florestas reduzem-se a pequenos testemunhos situados nos topos e nas encostas altas das colinas... A consequência na paisagem seria fatal. Atualmente a região só é "da mata" no nome." (ver " Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba" CNG, Rio de Janeiro 1958) Lacerda de Melo, M Estas constatações de Mario Lacerda foram realizadas antes do processo de Litoralização, após o mesmo é que esta zona afirmou-se de vez como zona dos canaviais ou zona da cana. Esta afirmação é amplamente confirmada nos estudos de Maria Gelza Rocha Carvalho sobre a Mata da Amém e Cravassú e sobre os Desmatamentos no Litoral da Paraíba.

- (19) O litoral norte do estado da Paraíba tem apresentado os problemas relativos a luta pela terra quase sempre envolvendo o povo Potiguara, que por estarmos a mais de 15 anos juntos a eles, podemos afirmar que estejam vivendo sua autofagia final, pois começam a desentenderem-se entre si, uns são plantadores de cana, outros são simplesmente miseráveis. Já o litoral sul é repleto atualmente de lutas pela terra, quase sempre com mortes e muitas das vezes com verdadeiras chacinas. São exemplares os casos de Tabú/Camocim, Guruji, Tambaba, Abiaí, Corvoadas e muitos outros.
- (20) Como o litoral sul é exemplar no conflito agrário, o norte o é na degradação ambiental, mesmo com a existência do estuário do Mamanguape, com sua riqueza biológica, aparentemente pouco transformada. Suas regiões de "Tabuleiros", foram quase que integralmente destruídas, e matas como as de Cravassú, Escura, Rio Vermelho, Peba e Tanques não mais existem, e outras restam muito pouco como Aldeia, que à despeito de "toda propoganda preservacionista" do IBAMA, vem coniventemente sendo desmatada.
- (21) Destaca-se ainda quanto ao aspecto luta pela terra, que o litoral sul detém 8 dos 28 principais conflitos de terra do estado. Além de ser detentor de grandes ações de violência da própria polícia, como a recente chacina do Abiaí (terra dos Lundgrens).
- (22) O estuário do rio Mamanguape vem sendo palco nos últimos anos de muita atenção, tanto por organismos de pesquisas, como por oportunistas de plantão que procuram valer-se da "aparência" de natureza

primitiva, para apropriarem-se do território, alienando os nativos do uso de seus recursos. Recentemente foi desenvolvida uma pesquisa (da qual participamos), pelo Programa de Areas Umidas-USP, que coloca em cheque determinados usos dos estuários, que não àqueles que propiciem uma integração com a população local. A equipe de pesquisa defende a instalação de uma Reserva Extrativista, que proteja a renovação dos recursos, mas que igualmente possibilite uma economia voltada para a população nativa, pois afinal de contas Estuário não é Santuário.

- (23) Os Lundgren introduziram as vilas operárias no litoral Paraibano, sistema posteriormente adotado pelas usinas de açúcar, e com a Litoralização e a expansão canavieira também pelas destilarias de Alcool, que em Santa Rita, foram denominados na década de setenta e início de 80, de Núcleos de Urbanização Rural, enfim mais uma modalidade de favelização.
- (24) Os cultivos de bambú no litoral sul, do grupo João Santos e os de côco do grupo Maguari no litoral norte, representaram as mais significativas concorrências a valorização do espaço proporcionado pela expansão canavieira. Ambos apresentam grandes extensões de cultivo e uma sistematização na forma do plantio, assim como o sistema de assalariamento do trabalhador rural.
- (25) Nos últimos anos tem surgido no Brasil, estudos sobre processos de desertificação, mas estes estudos surgiram em função de realidades concretas, ou seja a existência de áreas com manifestações reais deste fenômeno. Estas áreas estão no sul do Piauí, no oeste Baiano, e até no Rio Grande do Sul. Uma coisa no entanto é comum, a certeza de que processos sociais em muito contribuem para o início desta desertificação. Este é um processo que pode ter se instalado nos tabuleiros costeiros com a litoralização.
- (26) No planejamento espacial, ou em seu ordenamento o patrimônio histórico, tem em nossa cultura apresentado pouca importância. O que podemos constatar com a localização da tancagem de derivados de petróleo em Cabedelo, cercado toda a Fortaleza de Santa Catarina, monumento do início da colonização e de grande valor histórico.

- (27) Corbin, Op. Cit p.
- (28) O historiador inglês Keith Thomas demonstra muito bem em seu livro "O Homem e Mundo Natural" a visão tenebrosa da natureza promulgada pelo catolicismo desde seus ensinamentos do Gênesis.
- (29) Corbin, Op. Cit
- (30) Corbin, Op. Cit
- (31) Hoornaert, Eduardo "Impressões à partir de uma visão histórico cultural" I Encontro da Pastoral de Pescadores, Olinda PE 1976.
- (32) Corbin, Op Cit
- (33) Fromm, Eric " O medo à Liberdade" p.14
- (34) Corbin, Op. Cit
- (35) A territorialidade no mar, conquistada por um conhecimento passado de pai para filho, juntamente com a certeza de que este deve permanecer em segredo para sua própria segurança, vem sendo estudado em cabedelo pela antropóloga Simone Maldonado.
- (36) O imaginário ocidental identifica uma indolência dos homens do mar principalmente nos trópicos. Mas quão dura são suas vidas, sabe quem deles se achega, assim como por um motivo ou por outro defronta-se com a grandiosidade e a vida do mar.
- (37) Corbin, Op Cit.
- (38) Corbin, Op Cit
- (39) O lazer tem seu desenvolvimento muito associado as lutas pela redução da jornada de Trabalho, gostaríamos

de destacar na literatura o livro de Paul Lafargue "O Direito a Preguiça".

- (40) Deve-se destacar nos estudos sobre os hábitos e costumes dos caiçaras, os de Gioconda Mussolini, assim como mais recentemente várias teses vem sendo produzidas sobre pescadores ou vilas de pesca.
- (41) Corbin, Op Cit.
- (42) Corbin, Op Cit.
- (43) Falcão, Américo " Soluções de Realejo"
- (44) O litoral apresenta um folclore próprio com danças extremamente sensuais como o Coco de Roda e bastante simbólicas como os Cambinda.
- (45) Madruga, Ana " Mudança de Vento - Redistribuição das Funções no Espaço de uma Comunidade Pesqueira - Lucena PB.
- (46) O mudar de vento, ir para as terras do terral tem um significado muito grande para os habitantes da beira mar, pois os deslocam das proximidades do lugar de trabalho para terras que normalmente são alagadas e insalubres, como o próprio vento terral. Na Fenha, localidade que outrora tinha uma vila do rio Cabelo até o Aratu, estas populações foram transferidas para oeste, mas a área central permanece bastante popular, tendo inclusive a prefeitura a intenção de aí construir um Terminal Popular de Turismo.
- (47) A todos estes trabalhos, nós a eles tivemos acesso e em alguns deles, como os do NEPREMAR, por várias vezes acompanhamos os trabalhos de Campo.
- (48) Rocha Carvalho, Maria Gelza " Estado da Paraíba Classificação Geomorfológica." Editora da UFPB,



- (49) Rocha Carvalho, Op. Cit
- (50) Pesquisadores da universidade japonesa de Tsucuba, tem estado no nordeste brasileiro estudando sua geografia. Quanto aos aspectos morfológicos, principalmente áqueles que na Paraíba distinguem os processos de formação do litoral norte do litoral sul destacamos os trabalhos de Eiji Matusumoto.
- (51) Assis, Abelci Daniel e NEPREMAR " Levantamentos Cartográficos e Geológicos do Estuário do rio Paraíba do Norte" .
- (52) Fernandes de Carvalho, F.de Assis " Bionomia Bêntica da Zona Recifal do Litoral do Estado da Paraíba." Tese de Doutoramto. USP
- (53) Hallegouet, Bernard e NEPREMAR " L'estuaire du Rio Paraíba"
- (54) Sassi, Watanabe e NEPREMAR " Levantamentos de Condições Físico Químicas in Estudos Ecoógicos no Estuário do Rio Paraíba do Norte" - Relatório Final.
- (55) Nordi, Nivaldo " Ecologia do Zooplâncton no estuário do Paraíba do Norte".
- (56) Atualmente a economia do estuário do rio Paraíba passa por uma série de conflitos entre suas atividades, principalmente quanto às usinas produtoras de álcool e as fazendas produtoras de Camarão.
- (57) Lopes de Mendonça, C.O. " Os Mugilídios Paraibanos: Tipos de Pesca, dados biológicos uma tomadá no rio Paraíba".
- (58) Andrade, Giberto Osório " Os Rios-do- Açucar do Nordete Oriental - O Rio Paraíba do Norte"
- (59) Andrade, Op. Cit

- (60) Andrade, Op. Cit
- (61) Andrade, Op. Cit
- (62) Há algum tempo, desde o início da década de oitenta vimos juntamente com a professora Gelza carvalho, estudando os processos de desmatamentos, principalmente de Aldeia e Cravassú.
- (63) O capital japonês de há muito que se instalou no litoral Paraibano, com a COPESBRA, companhia de Caça à Baleia. Agora esta estabelecendo acórdos para a instalação de um terminal pesqueiro em Cabedelo, o que para os japoneses representa um prêmio pela paralização da atividade baleeira.
- (64) Estes projetos para o Porto representam as manias de grandeza dos paraibanos quanto a reativação do mesmo. Já projetou-se um terminal Carvoeiro, Siderúrgica(?) e chegou-se a construir um sistema de descarga Roll On Roll off, que foi desativado para beneficiar um ex governador, empresário comerciante de café e milho
- (65) A Luna (fazenda de camarão) vem ltimamente desenvolvendo intensa polêmica pela imprensa com organizações ambientalistas (governamentais e não governamentais), à respeito dos efeitos de sua atuação econômica, assim como a não fiscalização efetiva destes órgãos sobre as destilarias e as descargas de Vinhôto. O certo é que os impactos de algumas atividades necessitam ser melhor analisados, pois sabe-se ser os mangues áreas extremamente produtoras.
- (66) Campos Filho, Cândido Malta " Cidades Brasileiras seu Controle ou o Caos"
- (67) Campos Filho, Op. Cit.
- (68) Recentemente a Camara Municipal de João Pessoa istaurou uma CPI, para levantar todos os terrenos públicos destinados a logradouros comunitários, que estejam sendo ocupados por particulares. Constatou

esta prática em mais de duzentos ha.

- (69) Bozzano, Horacio " L0s Procesos de Estructuracion de Espacios Periurbanos" in Revista Interamericana de Planificacion numero 89 1990
  
- (70) Bozzano, Horacio Op Cit
  
- (71) Recentemente foi desenvolvido uma monografia de graduação no curso de Geografia, que interessantemente trata da distribuição e circulação de carroças movidas a tração animal em João Pessoa. Este estudo revela-se um bom indicador dos espaços periurbanos. O trabalho foi desenvolvido por Adeildo Cabral sob orientação de Ana Madruga.
  
- (72) As áreas próximas aos presídios da Maxima e da Média em Mangabeira estão gradativamente sendo ocupadas por posseiros, que já totalizam mais ou menos trezentos ha ocupados.
  
- (73) Permanece o impasse quanto ao parque estadual do Cabo Branco, que por ter tido revogada sua criação pelo Governo Wilson Braga e continuar com restrições a edificações pelo Código de Urbanismo, está sujeito a ser mais uma área de invasões.
  
- (74) Interessante destacar o trabalho de Eduardo Fazera Júnior à respeito da possibilidade da construção de uma parede de edifícios em frente a orla marítima. " Construção de uma Barreira de "Espigões" na orla marítima e seu impacto no clima de João Pessoa: considerações finais.
  
- (75) Madruga, A.Moacyr " São Paulo Cidade Oculta - Saneamento Básico, o mundo Underground." 1986, mimeo
  
- (76) Plano Diretor de Saneamento de João Pessoa - Tecnosan Relatório Técnico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Aguiar, Welington e Octávio, José  
" Uma Cidade de Quatro Séculos- Evolução e Roteiro  
Funcep, João Pessoa, 1986
2. Andrade, Manoel Correia de  
"O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste"  
MINTER-SUDENE, Recife, 1975
3. Andrade, M.C de  
" A Poluição dos Cursos D'água na Região da Mata de  
Pernambuco" Boletim Instituto Joaquim Nabuco de  
Pesquisas Sociais, Recife, 1976
4. Andrade, M.C de  
" Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II - O Rio  
Mamanguape" Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas  
Sociais, Recife, 1957
5. Andrade, M. C. de  
"Meio-Ambiente Desenvolvimento e Subdesenvolvimento"  
Editora Hucitec, São Paulo, 1975
6. Andrade, Gilberto Osório de  
" Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental III - O Rio  
Paraíba do Norte" Instituto Joaquim Nabuco de  
Pesquisas Sociais, Recife, 1959
7. Assis, Abelci Daniel  
" Geologia do Quaternário da Planície de Lucena"  
Tese de Mestrado, Recife, 1977
8. Assis, Abelci Daniel e NEPREMAR  
" Levantamentos Cartográficos e Geológicos do Estuário do  
rio Paraíba do Norte
9. Berman, Marshall  
" Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da  
Modernidade" Companhia das Letras, São Paulo 1986
10. Bozzano, Horacio  
" Los Procesos de Estructuración de Espacios  
Periurbanos "in Revista Interamericana de Planificación  
89, 1990
11. Branco, Samuel Murgel  
"Poluição" Ao Livro Técnico S.A, Rio de Janeiro, 1972

12. Bronowski, Jacob  
" A Escalada do Homem" Martins Fontes/Editora da UNB, São Paulo, 1979
13. Brown, Seyon e outros  
" Regimes para o Oceano, O Espaço Exterior e as Condições Climáticas" Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979
14. Campos Filho, Cândido Malta  
" Cidades Brasileiras: Seu Controle ou o Caos" Nobel, São Paulo, 1989
15. Carneiro, Simone Dantas  
" Terra Liberta: Hábitos Alimentares em Ponta de Mato" Tese de Mestrado, Brasília, 1979
16. Carvalho, Maria Gelza R. F.  
" Estado da Paraíba - Classificação Geomofológica" Editora da UFPB, João Pessoa, 1983
17. Clavel, Paul  
" Espaço e Poder" Zahar, Rio de Janeiro, 1979
18. Comissão Pastoral de Pescadores  
" Plano Nacional do Alcool, Agonia dos Nossos Rios" Recife, 1979
19. Comissão Pastoral de Pescadores  
" A Luta dos Pescadores Contra a Morte" Recife, 1979
20. Corbin, Alain  
" O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental" Companhia das Letras, São Paulo 1989
21. Cornélio da Silva, JOSÉ  
" Pesca Artesanal no Litoral norte da Paraíba Contradições e Pobreza" Tese de Mestrado, Recife 1986
22. Diegues, Antonio Carlos  
" Processos Naturais e Processos Sociais num Ecossistema Estuarino" CIRED, 1975
23. Diegues, A.C.  
" Pesca Artesanal, Pesca Empresarial no Norte e Nordeste Brasileiro" Sec de Agricultura São Paulo 1977
24. Diegues, A.C.  
" Conservação e Desenvolvimento Sustentado de Ecossistemas Litorâneos no Brasil" Programa de Áreas Úmidas IOUSP

25. Diegues, A.C.  
" A Pesca Artesanal no Litoral brasileiro: Cenários e Estratégias para a sua Sobrevivência" Programa de Áreas Úmidas- IOUSP
26. Engels, Friedrich  
" A Dialética da Natureza" Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976
27. Fernandes de Carvalho, F. de Assis  
" Bionomia Bêntica da zona Recifal do Litoral do Estado da Paraíba" Tese de Doutorado, USP
28. Foot Hardman, Francisco  
" Trem Fantasma. A Modernidade na Selva" Companhia das Letras, São Paulo, 1988
29. Foucher, Michel  
" Esquisse d'une Géographie Humaine des Risques Naturels" in Hérodote 24, Paris, 1982
30. Fromm, Erich  
" O medo à Liberdade" - Zahar, Rio de Janeiro, 1978
31. Goldmann, Lucien  
" Dialética e Ciências Humanas" Presença, Lisboa, 1972
32. Goldmann, Lucien  
"Ciências Humanas e Filosofia" Difel São Paulo, 1974
33. Guilcher, André  
"Morfologia Litoral y Submarina" Omega, Barcelona, 1957
34. Hallégouet, Bernard e NEPREMAR  
"L'estuaire du Rio Paraíba " João Pessoa, 1978
35. Harvey, David  
" A Justiça Social e a Cidade" Hucitec, São Paulo, 1980
36. Hoornaert, Eduardo  
" Impressões a partir de uma visão Histórico-Cultural" in I Encontro Nacional de Pastoral de Pescadores, Olinda, 1976, mimeo
37. Lagadec, Patric  
" La civilization du Risque - Catastrophes Technologiques et responsabilité sociale". SENIL
38. Larras, J  
" Embouchures, Estuaires, Lagunes et Deltas" Chatou, 1964
39. Lopes de Mendonça, C. O.

- " Os Mugilídeos Paraibanos: Tipos de Pesca, dados biológicos. Uma tomada no rio Paraíba". in Revista Horizonte, 2 p.89 UFPB, João Pessoa 1976
40. Madruga, Ana  
" Mudança de Vento. Redistribuição das Funções no Espaço de uma Comunidade Pesqueira. Lucena PB" Tese de Mestrado USP, São Paulo, 1986
41. Madruga, Ana e Madruga, A. Moacyr  
" A Guisa de Reflexões sobre o Porto da Paraíba" in Cadernos de Estudos Regionais 3, UFPB, João Pessoa, 1980
42. Madruga, A. M.  
" A Questão da Baleia, da Luta Ecológica à Exploração Humana" in Cadernos de Estudos Regionais 3, UFPB. João Pessoa, 1980
43. Madruga, A. M.  
" São Paulo Cidade Oculta. Saneamento Básico, O mundo Underground, Mimeo, 1986
44. Marx, Karl  
" O Capital, Livro 1: O Processo de Produção Capitalista Vol 1, Civilização Brasileira
45. Marx, Karl  
" O Manifesto Comunista"
46. Melo, Mário Lacerda de  
" Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba " C.N.G. Rio de Janeiro, 1958
47. Montenegro, Irmã Nilza  
" Experiência da Pastoral de Pescadores entre as Pescadoras de Itapessuma " mimeo, 1976
48. Montenegro, Irmã Nilza  
" Experiência da Pastoral entre os Pescadores de Pitimbú" mimeo, 1976
49. Moscovici, Serge  
" Homens Domésticos Homens Selvagens" Livraria Bertrand, 1976
50. Moscovici, Serge  
" Sociedade Contra Natureza" Vozes Petrópolis, 1975
51. Mussolini, Gioconda  
" Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara" Paz e Terra, 1980

52. NEPREMAR - UFPB  
" Estudos Ecológicos no Estuário do Rio Paraíba do Norte Paraíba - Brasil" João Pessoa, 1980
53. NDIHR - UFPB  
" Estudo Sócio-Econômico do Estuário do Rio Paraíba" in Cadernos de Estudos Regionais 2, João Pessoa, 1980
54. Nordi, Nivaldo  
" Ecologia do Zooplankton do Estuário do Rio Paraíba do Norte - PB" Tese de Mestrado São Carlos, SP, 1981
55. Pierson, Donald (organizador)  
" Estudos de Ecologia humana" Martins Fontes, São Paulo.
56. Plano Diretor de Saneamento de João Pessoa - Tecnosan, Relatório Técnico
57. Prestipino, Giuseppe  
" El Pensamiento Filosófico de Engels - Naturaleza y Sociedad en la Perspectiva Teórica Marxista" Siglo Veinteuno Editores, S.A., México, 1977
58. Santos, Milton  
" Por Uma Geografia Nova" Hucitec, São Paulo, 1978
59. Sassi, Roberto e Watanabe, Takako  
" Estudos ecológicos Básicos do Estuário do Rio Paraíba do Norte, Paraíba, Brasil. Fitoplankton e Fatores Hidrológicos" II Simpósio Nacional de Ecologia, Belém, PA, 1979
60. Schmidt, Alfred  
" El Concepto de Naturaleza en Marx" Siglo Veinteuno, México, 1976
61. Schnuettgen, Frei Alfredo  
" Experiencia de Pastoral entre os pescadores do Nordeste" Mimeo, Recife, 1974
62. Sevá Filho, Arsênio Oswaldo  
" O Porto de Cabedelo: Dos Sinais de Fraqueza às Manias de Grandeza" in Cadernos de Estudos Regionais 3 NDIHR-UFPB, João Pessoa 1980
63. Shirokov, M.  
" Tratado Sistemático de Filosofia" Edições Fuente Cultural, México, 1941
64. Silva, Armando Correia  
" O Espaço Fora do Lugar" Hucitec, São Paulo, 1978



65. Silva; Paulo Moreira da  
" O Mar Direito e Ecologia" Fundação Getulio Vargas,  
Rio de Janeiro 1973
66. Strauss, Claude Levy  
" Tristes Tropicicos" Martins Fontes, Rio de Janeiro, 1978
67. Vergara, M. L. Lopez  
" Tipos de Costas y Depósitos Litorales" in manual de  
Fotogeologia, Publicaciones Cientificas de la Junta dde  
Energia Nuclear.
68. Vetter, Richard ( organizador)  
"Oceanografia: a última fronteira " Cultrix, São Paulo  
1976.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

